

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATÁLIA FRUTUOSO DE SOUZA

**DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO ANÍSIO JOBIM À ALTAMIRA:  
A PROPOSTA MIDIÁTICA SOBRE AS CHACINAS DE 2017 E 2019**

CURITIBA

2020

NATÁLIA FRUTUOSO DE SOUZA

**DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO ANÍSIO JOBIM À ALTAMIRA:  
A PROPOSTA MIDIÁTICA SOBRE AS CHACINAS DE 2017 E 2019**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Direito, no Curso de Graduação da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscilla Placha Sá.

CURITIBA

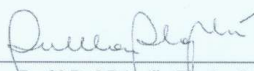
2020

TERMO

DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO ANÍSIO JOBIM À ALTAMIRA: A PROPOSTA MUDIÁTICA SOBRE AS CHACINAS DE  
2017 E 2019

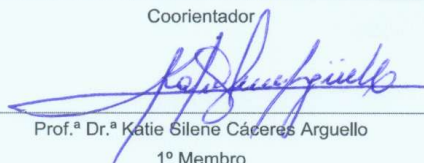
NATALIA FRUTUOSO DE SOUZA

Monografia aprovada como requisito parcial para  
obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade  
de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade  
Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Priscilla Placha Sá  
Orientador

Coorientador



Prof.ª Dr.ª Katie Silene Cáceres Arguello  
1º Membro



Prof. Dr. André Peixoto de Souza  
2º Membro

## AGRADECIMENTOS

Por desventura ou mero acaso, os últimos passos da minha trajetória no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná não são tomados no Prédio Histórico – um espaço representativo de tanto do que vivi desde 2016. Eu poderia dizer que esse prédio foi uma das minhas partes favoritas desses cinco anos. De qualquer forma, a despeito da distância física que foi forçada sobre todos nós, pude contar com o apoio (virtual ou físico) de muita gente. Não tenho dúvidas de que a melhor parte dos últimos tempos fica por conta de todas as pessoas que conheci naquele espaço ou, ainda, que me acompanharam nos anos em que lá estive. Em razão disso, fico muito feliz pela chance de expressar, em algumas palavras singelas, minha gratidão.

A princípio, aos meus pais, Aveni e Hebe, obrigada por todo o incentivo à minha educação e à minha formação e, sobretudo, obrigada por apoiarem de forma tão amorosa e incondicional qualquer que seja a minha escolha de carreira ou futuro. Vocês foram, e ainda são, a presença invariável durante as nossas muitas mudanças, garantindo, por onde quer que fôssemos, que cada um desses lugares se tornasse um lar.

Agradeço também aos meus irmãos, John (por me emprestar suas habilidades em design gráfico!), João Pedro e Juju, meus grandes amigos. Obrigada por tornarem o cotidiano mais alegre neste ano excepcional.

Aos meus amados avós, Almira, Orontina, Afonso e José Antônio, às madrinhas Ana e Elecir e ao padrinho Antônio, por todo o cuidado.

Esse trabalho de conclusão de curso não encontraria fim não fosse por todos os (muitos) amigos-revisores que aceitaram a tarefa de me ajudar com uma frase, um capítulo – obrigada, Rick – ou com a revisão de todo o texto. Agradeço a todos! Em especial, Erika e Juliana Campos, vocês são amigas admiráveis, obrigada por me emprestarem um *tantão* de horas roubadas com a leitura desse trabalho.

Do mesmo modo, a graduação não teria fim não fosse por toda a parceria dos meus colegas de jornada na UFPR, Ana Luiza, Andressa, Caio, Juliana Maria, Lara e Lizz, e das parceiras que encontrei nas experiências de estágio, Carol Reva, Maria Caroline e Thayná, obrigada.

Agradeço também à pessoa que ouviu por incontáveis vezes sobre esse trabalho, sobre quanto faltava, qual era o prazo, o que eu já havia lido e escrito e que,

além disso, respondia, pacientemente, quando eu perguntava pela enésima vez “qual um bom sinônimo para resultado?”. Lucas, obrigada por ser meu melhor companheiro.

Registro minha gratidão pela amizade de quem me acompanha há uns tantos anos, Carol Welzel, Jeff, Letícia Pavão, Letícia Squizzato, Manoela, Maria Cláudia, Mariana e Nicole, vocês são fundamentais.

Agradeço aos professores que participaram da minha formação de maneira tão significativa e que, ao final, aceitaram compor a banca de avaliação do meu trabalho, André Peixoto e Katie Arguello.

Deixo, finalmente, minhas palavras de gratidão e admiração para a minha orientadora, Professora Priscilla Placha Sá. Sou absolutamente grata por sua orientação, pelos ensinamentos durante as noites de monitoria e pela honra de tê-la como verdadeiro exemplo acadêmico e profissional.

*Voici mon secret. Il est très simple: on ne voit bien qu'avec le cœur.  
L'essentiel est invisible pour les yeux.*  
Antoine de Saint -Exupéry. **Le petit prince.**

## RESUMO

As chacinas nas prisões brasileiras nos anos de 2017 e 2019 ocupam posição central na presente monografia. Elege-se como recorte a proposta midiática acerca dos massacres que sucederam nos estabelecimentos carcerários do Norte e Nordeste do país. Assim, é traçado o objetivo primeiro deste trabalho: analisar as categorias adotadas no discurso midiático a respeito das chacinas para, em seguida, investigar se há elementos que indiquem a predominância de uma narrativa (re)produzida pela mídia no que tange ao retrato do sistema prisional. Nesse ínterim, o estudo pretendido se aperfeiçoou com uma pesquisa empírica junto ao portal de notícias G1, que findou na coleta de 62 notícias para análise. Como resultado, constatou-se que as matérias analisadas são reiteradamente acompanhadas de retratos fotográficos do ambiente prisional, bem como trazem, repetidamente, as opiniões de autoridades do poder executivo. Os fundamentos teóricos que permitiram a apreensão dos dados empíricos são apresentados em um segundo momento em que se faz uma breve incursão pela criminologia midiática de Eugenio Raúl Zaffaroni. Nesse cenário, a grande mídia brasileira – controlada, majoritariamente, por alguns poucos grupos familiares – é observada sob uma perspectiva crítica. Pretende-se, desse modo, adentrar a problemática que reside no vínculo tecido entre mídia e direito penal no pano de fundo do capitalismo neoliberal. Por derradeiro, o estudo se volta às facções criminosas, cujo espraio no sistema carcerário foi instrumental para desencadear as chacinas de janeiro de 2017 e julho de 2019 como consequência da ruptura entre Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho. Isto posto, são observadas as construções da criminologia midiática e a realidade do sistema de justiça criminal brasileiro – espaço em que facções criminosas exercem uma forma de poder paraestatal –, com a pretensão de questionar, nos limites desta empreitada monográfica, a narrativa midiática sobre as chacinas de 2017 e 2019.

Palavras-chave: Chacinas. Prisões. Criminologia midiática. Facções criminosas. Sistema de justiça criminal.

## **ABSTRACT**

Massacres in Brazilian prisons in 2017 and 2019 take fundamental role in the present monograph. The frame elected for the study is the media proposal on the slaughters that took place in prison establishments in the North and Northeast of the country. Thus, the first objective of this paper is outlined: to analyze the categories adopted in the media discourse regarding the massacres, and then to investigate whether there are elements that indicate the predominance of a narrative (re)produced by the media concerning the prison system. In this setting, the intended study was materialized with an empirical research on the G1 news portal, which ended in the selection of 62 news pieces for analysis. As a result, it was found that the analyzed news stories are repeatedly marked by photographic portraits of the prison environment, as well as the opinions of government authorities. The theoretical foundations that allowed the apprehension of the empirical data are presented in a later moment, in which there is a brief incursion into the media criminology of Eugenio Raúl Zaffaroni. In this scenario, the mainstream Brazilian media – mainly controlled by a few family groups – is observed through a critical perspective. Thereby, the intent is to analyze the problematic that resides in the connection that is developed between media and criminal law within the background of neoliberal capitalism. Ultimately, the study turns to organized crime groups, whose expansion within the prison system was instrumental in unleashing the massacres of January 2017 and July 2019 as a consequence of the rupture between Primeiro Comando da Capital and Comando Vermelho. Therefore, the concepts of media criminology and the reality of the Brazilian criminal justice system – a space in which organized crime groups exercise a form of parastatal power – are observed, with the intention of questioning the media narrative about massacres of 2017 and 2019 within the limits of this monographic endeavor.

Keywords: Massacres. Prisons. Media criminology. Organized crime groups. Criminal justice system.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. A PROPOSTA MIDIÁTICA DO PORTAL DE NOTÍCIAS “G1” SOBRE AS CHACINAS OCORRIDAS EM PRISÕES BRASILEIRAS ENTRE 2017 E 2019 .....</b>	<b>11</b>
1.1 CRITÉRIOS DE PESQUISA .....	13
1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
<b>2. MÍDIA E DIREITO PENAL.....</b>	<b>29</b>
2.1 CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: O JORNALISMO À SERVIÇO DO MERCADO .....	29
2.2 O DISCURSO DE INCENTIVO AO GENOCÍDIO ESTATAL DA POPULAÇÃO APRISIONADA .....	37
<b>3. FACCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UM BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>45</b>
3.1 ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	46
3.1.1 Primeiro Comando da Capital .....	46
3.1.2 Comando Vermelho .....	50
3.1.3 Família do Norte .....	50
3.1.4 Sindicato do Crime.....	51
3.1.5 Comando Classe A.....	51
3.2 CHACINAS NAS PRISÕES EM 2017 E 2019: AS DISPUTAS ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>65</b>



## INTRODUÇÃO

*O ataque foi desfechado com precisão militar: rápido e letal.  
A violência da ação não deu chance para defesa.  
Embora tenha sobrado para todos, as baixas mais pesadas ocorrem no  
terceiro e no quinto andar. Cerca de trinta minutos depois de ordenada a  
invasão nas galerias cheias de fumaça ouviram-se gritos de  
“Para, pelo amor de Deus! Não é para matar! Já chega, acabou! Acabou!”.  
Uma depois da outra, as metralhadoras silenciaram.*

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 289.

Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, Penitenciária Estadual de Alcaçuz e Centro de Recuperação Regional de Altamira. São esses os nomes dos estabelecimentos prisionais onde transcorreram as chacinas de janeiro de 2017 e julho de 2019.

Aproximadamente 25 anos antes, no dia 2 de outubro de 1992, os presos da Casa de Detenção de São Paulo testemunharam mais de uma centena de mortes, em evento que recebeu o nome de “Massacre do Carandiru”.

Com efeito, a chacina na Casa de Detenção em 1992 foi lembrada por matérias que noticiaram as chacinas no Compaj em 2017 e em Altamira em 2019, como se vê nas manchetes “Matança em presídio de Manaus é uma das maiores desde Carandiru”<sup>1</sup> e “Massacre em presídio no Pará é um dos maiores desde Carandiru”<sup>2</sup>.

O sistema de justiça criminal brasileiro é, então, atravessado pelas mortes violentas daqueles que aprisiona.

Nesse pano de fundo, o presente trabalho traz como problema de pesquisa a proposta midiática sobre as chacinas de 2017 e 2019 que, por sua vez, traz consigo algumas questões: quais as categorias mais adotadas por grandes veículos de comunicação para noticiar os massacres? Quais as imagens que acompanham as notícias? Quais são as autoridades entrevistadas? São magistrados? Membros do poder executivo? Pesquisadores? Os familiares dos apenados foram

<sup>1</sup> G1. Matança em presídio de Manaus é uma das maiores desde Carandiru. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/matanca-em-presidio-de-manaus-e-uma-das-maiores-desde-carandiru.ghtml>>. Publicado em: 02 jan. 2017a. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>2</sup> G1. Massacre em presídio no Pará é um dos maiores desde Carandiru. G1, Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/massacre-em-presidio-no-para-e-um-dos-maiores-desde-carandiru.ghtml>>. Publicado em: 29 jul. 2019a. Acesso em: 19 jun. 2020.

entrevistados? E os advogados? São citadas as facções criminosas que protagonizaram os massacres?

À vista disso, a resposta estatal às chacinas nas prisões e ao espriamento das facções criminosas ocupa posição de destaque na análise proposta.

Os objetivos delineados para esse estudo dividem-se, pois, em três eixos: (i) organizar as categorias adotadas no discurso construído pela mídia a respeito das chacinas ocorridas em prisões brasileiras, (ii) avaliar – a partir de preceitos da criminologia midiática – se há elementos que indiquem uma narrativa predominante (re)produzida pela mídia no que concerne ao retrato do sistema prisional e, por derradeiro, (iii) estudar o histórico das facções criminosas no Brasil, com o fim de compreender sua expansão e seu protagonismo nas chacinas de 2017 e 2019, em vista da realidade prisional contemporânea e das políticas de segurança pública do país.

Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa empírica no portal de notícias G1, por meio da inserção das palavras-chave “massacre” e “presídio” na ferramenta de busca online, o que, após sujeição dos resultados a categorias e descritores delimitados de acordo com espaço restrito dessa empreitada monográfica, findou na coleta de 62 notícias para análise. A justificativa para essas e outras escolhas metodológicas ao lado do roteiro e dos resultados da pesquisa são apresentados detidamente no capítulo a seguir.

## 1. A PROPOSTA MIDIÁTICA DO PORTAL DE NOTÍCIAS “G1” SOBRE AS CHACINAS OCORRIDAS EM PRISÕES BRASILEIRAS ENTRE 2017 E 2019

*Tinha era que matar mais. Tinha que fazer uma chacina por semana.*  
Bruno Júlio, ex-secretário nacional de Juventude

Em 2017, ocorreram importantes massacres no mês de janeiro. No Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) do Amazonas 56 apenados foram mortos, em uma chacina que se iniciou no primeiro dia do ano<sup>3</sup>. Na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), de Roraima, 33 mortes foram registradas no dia 06/01/2017<sup>4</sup> e na Penitenciária Estadual de Alcaçuz no Rio Grande do Norte entre 14/01/2017 e 15/01/2017, quando morreram 26 presos<sup>5</sup>.

No dia 02/01/2017, Alexandre de Moraes – que chefiava o Ministério da Justiça e Segurança Pública – declarou: “Não há uma situação de insegurança pública. Houve uma situação dura, muitas mortes dentro do presídio, mas não extrapolou para fora”<sup>6</sup>.

Em 2019, ocorreram novas mortes em presídios do Amazonas no final do mês de maio<sup>7</sup> e, ainda, houve a chacina no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará, na última semana de julho do mesmo ano, registrando, a princípio, 58 mortos<sup>8</sup>. Mais tarde, o número foi atualizado para 62.<sup>9</sup>

<sup>3</sup> HENRIQUES, Camila; GONÇALVES, Suelen; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2ipAAg5>>. Publicado em: 02 jan. 2017. Acesso em: 27 mai. 2020.

<sup>4</sup> G1. Presidente do TJ em RR diz que massacre em presídio era 'previsível'. G1 Roraima. Disponível em: <<http://glo.bo/2iNFjX9>>. Publicado em: 06 jan. 2017b. Acesso em: 29 mai. 2020.

<sup>5</sup> ZAULI, Fernanda. CARVALHO, Fred. Rebelião mais violenta da história do RN tem 26 mortos, diz governo. G1 Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://glo.bo/2jnWlrz>>. Publicado em: 15 jan. 2017. Acesso em: 27 mai. 2020.

<sup>6</sup> ALVES, Jamile; BESSA, Indiara. Ministro da Justiça diz que líderes de massacre vão para presídios federais. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2hLxB2B>>. Publicado em: 03 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020.

<sup>7</sup> RYLO, Ivo. 40 presos são achados mortos dentro de cadeias do Amazonas. G1 Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/05/27/mais-presos-sao-achados-mortos-dentro-de-cadeias-em-manaus-15-morreram-neste-domingo.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 27 mai. 2020.

<sup>8</sup> G1. Sobe para 58 número de presos mortos em massacre de Altamira, no Pará; corpo foi encontrado em escombros de presídio. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/sobe-para-58-numero-de-presos-mortos-em-massacre-de-altamira-no-pa-corpo-foi-encontrado-em-escombros-de-presidio.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019d. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>9</sup> MPF. MPF recebe Relatores Nacionais de Direitos Humanos em missão em Altamira (PA). Ministério Público Federal, Pará. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf->

À época, o Presidente Jair Bolsonaro foi procurado por jornalistas para manifestar sua opinião sobre a necessidade de se reforçar a segurança na prisão de Altamira. Diante disso, replicou o presidente: “Pergunta para as vítimas dos que morreram lá o que que eles acham. Depois que eles responderem, eu respondo vocês”.<sup>10</sup>

A compreensão destes eventos não pode ser dissociada do embate entre duas das maiores facções criminosas atuantes no país: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). A relação entre essas e outras organizações criminosas, bem como seu protagonismo na causação de chacinas nos presídios brasileiros foi destrinchada por Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso e será abordada com maior cuidado em um capítulo posterior.<sup>11</sup>

O sistema de justiça criminal brasileiro tem sido marcado por rebeliões de forma recorrente, mesmo ao tempo em que facções criminosas ainda não haviam se edificado. No entanto, o espraio dos grupos organizados dentro do sistema penitenciário trouxe mudanças às rebeliões, o que pode ser observado a partir de 2001. As facções desempenharam papel ativo para que a rebelião de 2001 fosse centrada numa disputa de poder com as autoridades públicas. Após, nas megarrebeliões de 2006, o PCC cresceu diante da imprensa, ocupando posição hegemônica no sistema penitenciário.<sup>12</sup>

A partir de 2013, típicas rebeliões que reivindicavam melhores condições para a população carcerária foram substituídas por massacres originados de disputas entre facções criminosas pelo controle dos presídios no Nordeste brasileiro. No Complexo Penitenciário de Pedrinhas (MA) foram registradas 62 mortes dos apenados em dezembro de 2013, em razão do conflito interno entre organizações criminosas.<sup>13</sup>

Logo, as chacinas de 2017 e 2019 – selecionadas como objeto deste trabalho –, não são inéditas à história do sistema prisional brasileiro.

---

recebe-reatores-nacionais-de-direitos-humanos-em-missao-em-altamira-pa>. Publicado em: 17 out. 2019. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>10</sup> MAZUI, Guilherme. 'Pergunta para as vítimas dos que morreram lá', diz Bolsonaro sobre massacre em Altamira. G1 Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/30/pergunta-para-as-vitimas-dos-que-morreram-la-diz-bolsonaro-sobre-massacre-em-altamira.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>11</sup> DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. **A Guerra: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

<sup>12</sup> SÁ, Priscilla Placha. Questões político-criminais e processuais penais sobre a investigação criminal de chacinas protagonizadas por facções criminais nos presídios brasileiros. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 3, n. 2, p. 567-604, mai./ago. 2017, p. 575-577.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 577-578.

Este capítulo precede a análise do aporte teórico desta pesquisa permitindo que o primeiro momento do trabalho seja voltado à leitura da coleta de dados realizada junto ao portal de notícias G1. As notícias foram selecionadas de acordo com critérios a seguir explanados com o intento de analisar a proposta midiática da imprensa brasileira no tocante à questão prisional, adotando o recorte específico dos mais recentes massacres que tiveram lugar em estabelecimentos prisionais do Norte e Nordeste do país.

Para fins de transparência quanto à orientação teórica da pesquisa, cumpre elucidar que a leitura dos dados coletados será realizada de acordo com pressupostos teóricos da criminologia midiática do professor Eugenio Raúl Zaffaroni, Nilo Batista e Sylvia Moretzsohn. Ademais, no que tange ao estudo crítico das facções criminosas do Brasil, ao lado dos escritos de Dias e Manso também serão observados textos de Priscilla Placha Sá, adotando-se uma perspectiva abolicionista do direito penal, na qual se destaca a obra de Angela Davis<sup>14</sup>.

Com essas letras introdutórias, passa-se à exposição da pesquisa empírica empreendida para que, conforme predisse Zaffaroni, sejam reveladas (ou não) as intenções políticas presentes na criminologia midiática produzida pelos meios de comunicação de massa.<sup>15</sup>

## 1.1 CRITÉRIOS DE PESQUISA

Elegeu-se o G1– portal de notícias online da Globo – para a análise proposta, o que se justifica por seu extenso alcance, tendo em vista que este detém expressivo número de acessos quando comparado a outras plataformas da imprensa digital. Segundo dados do portal Alexa (rede de informações da Amazon), o portal online da Rede Globo<sup>16</sup> ocupa a quarta posição dentre os sites mais acessados do Brasil, atrás

---

<sup>14</sup> DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2019.

<sup>15</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 27.

<sup>16</sup> GLOBO. Disponível em: <www.globo.com>. Acesso em: 24 jun. 2020.

apenas do Google<sup>17</sup>, do YouTube<sup>18</sup> e do Google Brasil<sup>19</sup>, ao passo que, a título de comparação, o portal da Folha de S. Paulo ocupa o vigésimo quarto lugar<sup>20</sup>.

Vale notar que o G1 não é uma plataforma que exige o pagamento de assinatura, razão pela qual o acesso às notícias é ilimitado, ao passo que sites de notícias vinculados a jornais impressos tradicionais, como O Globo<sup>21</sup>, Estadão<sup>22</sup> e Folha de São Paulo<sup>23</sup> possuem planos de assinatura, restringindo o acesso gratuito ao seu conteúdo. Desse modo, a gratuidade do acesso ilimitado às matérias também contribuiu para a escolha do G1 em detrimento de outras plataformas de imprensa online.

No interesse de abordar o aspecto dinâmico das mídias – as quais têm passado por transformações decisivas nos últimos anos, como se viu no exemplo das eleições de 2018<sup>24</sup> –, pretende-se, como resultado, apreender o problema prisional brasileiro à luz das categorias adotadas pelo jornalismo online do maior portal de notícias da Globo no retrato de chacinas emblemáticas que ocorreram em estabelecimentos carcerários brasileiros nos anos 2017 e 2019, em face da atuação de uma mídia legitimadora do sistema de justiça criminal.<sup>25</sup>

Os primeiros passos da pesquisa empírica foram tomados com a busca do portal G1<sup>26</sup> através da rede mundial de computadores no dia 27 de maio de 2020. Para a pesquisa online, foram adotadas as palavras-chave “massacre” e “presídio” as quais foram inseridas na ferramenta de busca do portal de notícias G1.

Neste espaço, cabe necessário adendo quanto à eleição do termo “massacre” em detrimento da categoria “chacina”. Chacina e massacre são termos sinônimos que designam eventos em que múltiplas mortes são causadas em um curto lapso temporal.

<sup>17</sup> GOOGLE. Disponível em: <[www.google.com](http://www.google.com)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

<sup>18</sup> YOUTUBE. Disponível em: <[www.youtube.com](http://www.youtube.com)>. Acesso em 24 jun. 2020.

<sup>19</sup> GOOGLE. *Op. cit.*

<sup>20</sup> ALEXA. The Web Information Company. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

<sup>21</sup> O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

<sup>22</sup> ESTADÃO. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

<sup>23</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

<sup>24</sup> FERES JR., João. O efeito da mídia nas eleições. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-efeito-da-midia-nas-eleicoes/>>. Publicado em: 21 set. 2018. Acesso em: 08 set. 2019.

<sup>25</sup> BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, Revan, Instituto Carioca de Criminologia, ano 7, nº 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002, p. 271.

<sup>26</sup> G1 – O portal de notícias da Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

“Massacre do Carandiru” é a nomenclatura emblemática atribuída às mortes que ocorreram na Casa de Detenção de São Paulo em 1992, quando 111 presos foram assassinados. Um pouco mais de duas décadas depois, a ocasião ainda é amplamente revisitada por meios midiáticos, tendo se tornado objeto de livros, com destaque para “Estação Carandiru” publicado em 1999 por Drauzio Varella<sup>27</sup>, e de um filme lançado em 2003<sup>28</sup>, como subsequente adaptação da referida obra literária. Inclusive, a página da enciclopédia online “Wikipédia” acerca do evento possui como título “Massacre do Carandiru”<sup>29</sup>.

Portanto, embora sejam sinônimas, a palavra “massacre” parece ser associada com maior frequência aos assassinatos em massa que ocorreram em prisões brasileiras e, em razão disso, foi elegida como palavra chave para a busca empreendida.

Na sequência, com a inserção das palavras-chave na plataforma, foram aplicados filtros disponibilizados pela ferramenta de pesquisa do portal da Globo, no qual é possível selecionar “notícias”, “fotos”, “vídeos”, “blogs” ou “áudios”. Neste trabalho, optou-se por realizar a pesquisa tão somente dentre as publicações classificadas como “notícias”.

A ferramenta também disponibiliza filtrar os resultados de acordo com a data de sua publicação, assim, para fins de seleção das notícias a serem analisadas, os resultados foram filtrados de acordo com dois critérios temporais de publicação: (i) janeiro de 2017 e (ii) julho de 2019.

O fracionamento da pesquisa em dois lapsos temporais menores foi realizado dentro dos limites deste trabalho monográfico – observadas as datas das chacinas mais amplamente noticiadas nos respectivos anos –, tendo em vista a impossibilidade de cotejar integralmente as publicações que tocam o tema escolhido.

Nessa esteira, para que a análise dos resultados fosse concluída no espaço desta monografia, aplicou-se o filtro para ordenação dos resultados de acordo com a sua “relevância” e, após, foram acessados os links resultantes até a quinquagésima posição.

Isto posto, cem resultados foram selecionados preliminarmente.

---

<sup>27</sup> VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>28</sup> CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Brasil: HB Filmes e Globo Filmes, 2003. DVD (147 min).

<sup>29</sup> MASSACRE DO CARANDIRU. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre\\_do\\_Carandiru](https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_do_Carandiru)>. Acesso em: 05 jun. 2020.

Com o acesso individual a cada uma das cinquenta notícias de cada período, foram excluídas aquelas que não se referiam aos eventos que são objeto desta pesquisa. Destaca-se que, na mesma oportunidade, optou-se por excluir do estudo os links que remetiam a reportagens anteriormente publicadas em jornais televisionados da rede Globo, porque estas são matérias originalmente televisionadas e que, posteriormente, são divulgadas online no formato “vídeo”. À medida que o objetivo deste estudo reside na análise das categorias adotadas na forma de texto veiculado pela imprensa digital, eliminaram-se as publicações dirigidas para a televisão.

Afinal, foram selecionadas 38 notícias dentre as publicações de janeiro de 2017 que se adequavam aos critérios aventados. Quanto às notícias rechaçadas: duas matérias não abordavam fatos correlatos ao tema desta pesquisa, ao passo que outras dez consistiam em republicações de reportagens televisionadas da rede globo.

Por seu turno, no lapso temporal de 01/07/2019 a 31/07/2019 foram selecionadas mais 24 matérias dentre as cinquenta mais relevantes encontradas na busca pelas palavras chave “massacre” e “presídio”. Vinte e três resultados dispensados não diziam respeito aos eventos de 2017 ou 2019 e os três restantes se tratavam de reportagens televisivas republicadas pela imprensa online.

Em seguida à seleção, as matérias foram analisadas individualmente através da elaboração de fichas de pesquisa que deveriam responder aos seguintes critérios: I. “Título/manchete”; II. “Data de publicação”; III. “A notícia é acompanhada por fotografias? Em caso positivo, o que ela retrata?”; IV. “A notícia é acompanhada por infográficos?”; V. “A notícia é acompanhada por vídeos ou mídias em áudio?”<sup>30</sup>; VI. “A matéria traz a opinião/fala de uma autoridade no assunto (magistrado, advogado, especialista, autoridade pública etc.)?”; VII. “A matéria traz a entrevista de algum apenado, de seus familiares e/ou seus advogados?”; VIII. “O Primeiro Comando da Capital é mencionado na notícia?”; IX. “A matéria faz alusão a alguma facção criminosa? Em caso positivo, quais?”.

No que tange ao item VI, cumpre pontuar o seguinte: com frequência, as notícias analisadas se referem de maneira genérica ao “governo” ou à “polícia”, por

---

<sup>30</sup> Alguns vídeos que originalmente acompanhavam a publicação online no Portal G1 não se encontravam mais disponíveis para visualização. No entanto, visto que não havia a pretensão de análise do conteúdo do vídeo, considerou-se a resposta positiva à questão de número IV para quaisquer matérias que contivessem o reprodutor de mídia, ainda que o vídeo estivesse indisponível na data do acesso.



exemplo, na realização de citações a respeito das chacinas, não havendo maior especificação da fonte da informação mencionada. Desse modo, para fins de elaboração das fichas de análise, apenas foram consideradas citações, diretas ou indiretas, que fossem atribuídas especificamente às pessoas que ocupavam os cargos na época, a exemplo do então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes e do então Governador do Amazonas José Melo. Por conseguinte, nos casos em que a citação da fonte da informação foi realizada de maneira ampla e genérica, considerou-se negativa a resposta ao critério de análise acerca da menção de opinião ou fala de autoridade na matéria.

Idêntico processo se repetiu em cada uma das 62 matérias selecionadas, por intermédio do qual foram redigidas as fichas de pesquisa individuais, cujos resultados são expostos a seguir.

## 1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

O jornalismo é atividade política que interpreta o princípio do dever de informar com o intuito de divulgar notícias de modo, aparentemente, imparcial, como se a própria escolha entre o que será ou não noticiado já não carregasse intenções políticas próprias da empresa ou corporação midiática.<sup>31</sup>

As categorias adotadas por um texto jornalístico podem revelar o direcionamento que se pretende atribuir à notícia. Dairan Paul – doutorando em jornalismo pelo Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – ilustra os processos de escolha e seus efeitos no discurso da imprensa. Os exemplos são múltiplos, sobretudo, aqueles que evidenciam escolhas típicas de um racismo implícito, como na adoção dos termos “garoto” ou “homem”: um jovem negro assassinado no início de 2019 foi caracterizado pela imprensa como um “homem de 19 anos”, já Eduardo Bolsonaro, após declarações sobre um possível fechamento do Supremo Tribunal Federal, foi chamado de “garoto”, aos 34 anos de idade. Em cada contexto, a utilização do termo “garoto” ou do termo “homem” atribuem valores bastante distintos aos sujeitos sobre os quais se discursa.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. Discursos Sediciosos: **Revista Instituto Carioca de Criminologia**, Rio de Janeiro, Revan, n.12, p.291-317, 2002, p. 294.

<sup>32</sup> PAUL, Dairan. Jornalismo passivo, racismo naturalizado. **ObjETHOS** – Observatório da Ética Jornalística, UFSC, 18 fev. 2019. Disponível em:



Como resultado, notou-se que o termo “presos” tomou a primeira posição, com cerca de 365 menções, seguido de “massacre”, com 252, e “presídio”, em terceiro com, aproximadamente, 232 aparições.<sup>35</sup>

No espaço da pesquisa jurídica, talvez não seja possível compreender a total significação na escolha da categoria “presos” em lugar de “apenados” ou “vítimas de massacre”, bem como na utilização da palavra “massacre” ou mesmo “rebelião” (termo que apareceu em quinta posição, sendo identificada cerca de 167 vezes) em detrimento de “chacina” ou “assassinato em massa”, todavia, observar as categorias que são reiteradamente veiculadas pela imprensa online não se torna menos importante.

Nesse sentido, são elencadas a seguir as categorias identificadas como as mais utilizados nas notícias em estudo, da primeira à vigésima posição: (1) presos; (2) massacre; (3) presídio; (4) mortos; (5) rebelião; (6) detentos; (7) Manaus; (8) Compaj; (9) unidade; (10) presídios; (11) governo; (12) Amazonas; (13) prisional; (14) segurança; (15) Altamira; (16) dia; (17) Pará; (18) polícia; (19) penitenciária; (20) sistema.

A esse respeito, de acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni, a criminologia midiática, como herança do positivismo criminológico, utiliza de uma linguagem biologistica, a qual naturaliza a morte como consequência necessária das ações dos detentos ao se sujeitarem ao sistema de justiça criminal.<sup>36</sup>

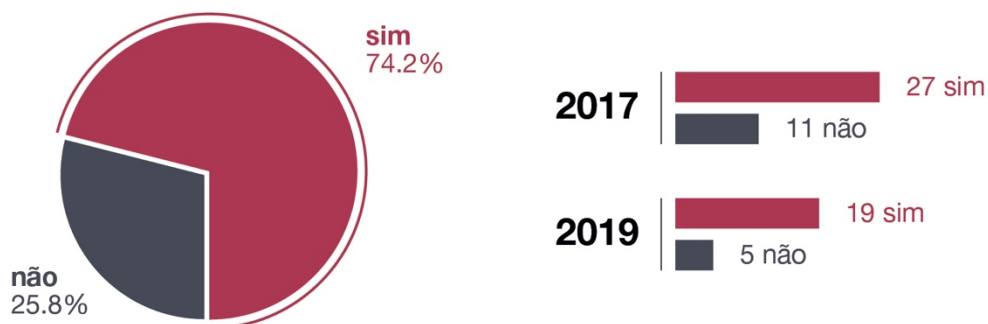
De outra parte, em tempos de mídias sociais, o conteúdo imagético assume grande importância na imprensa digital, sendo equiparável ao texto escrito. As fichas de análise elaboradas observaram três hipóteses de imagens anexadas às notícias: (i) fotografias; (ii) infográficos; (iii) vídeos<sup>37</sup>. Desse modo, foram organizados os gráficos 1 a 3 que ilustram a quantidade de matérias que trouxeram cada um desses meios imagéticos nos respectivos anos e o percentual que estas representam no todo das matérias analisadas.

<sup>35</sup> Os termos meramente conectivos, como conjunções (que), preposições (com), advérbios temporais (após) e verbos de ligação foram excluídos da contagem.

<sup>36</sup> ZAFFARONI, *op. cit.*, p. 311-312.

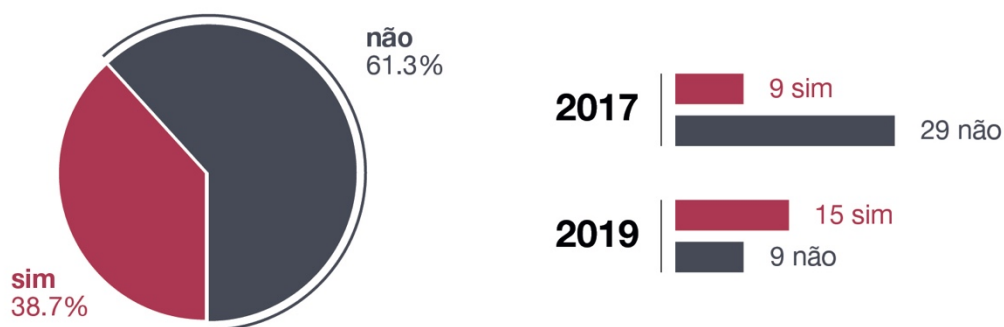
<sup>37</sup> A questão de nº 7 das fichas de análise abrangia tanto mídias em áudio, quanto mídias em vídeo, no entanto, após a elaboração de todas as fichas, notou-se que não houve mídias em áudio anexas às notícias analisadas.

## GRÁFICO 1 – FOTOGRAFIAS

Há **fotografia(s)** na matéria analisada?

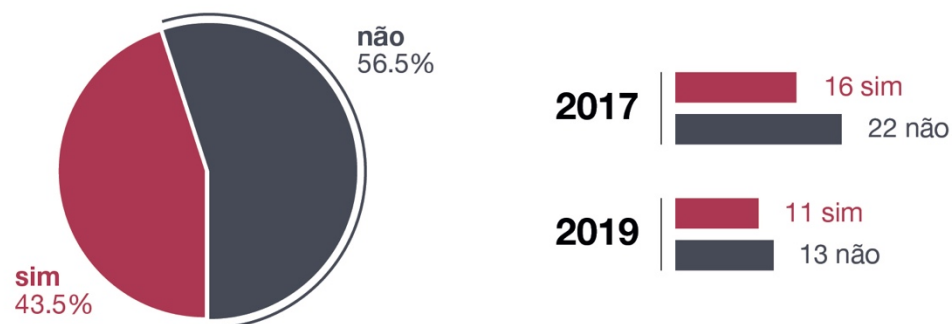
FONTE: A autora (2020).

## GRÁFICO 2 – INFOGRÁFICOS

Há **infográfico(s)** na notícia analisada?

FONTE: A autora (2020).

## GRÁFICO 3 – VÍDEOS

Há **vídeo(s)** na notícia analisada?

FONTE: A autora (2020).

Não resta dúvidas quanto à presença de imagens e, em especial das fotografias, nas matérias analisadas do portal G1. Ademais, notou-se que em meio às 16 matérias que não continham fotografias, 9 eram acompanhadas de mídia em vídeo

ou de um infográfico, sendo que 3 delas traziam ambos, restando somente 4 publicações em que não havia quaisquer espécies de recursos imagéticos anexados ao texto.

Logo, conclui-se que o percentual de notícias com recursos visuais compreende 93,75% das matérias analisadas.

No tocante ao conteúdo das fotografias presentes em 46 matérias, uma vez que não parece razoável anexá-las a este trabalho, ou mesmo descrevê-las objetivamente, optou-se por observar os elementos que foram registrados com maior frequência<sup>38</sup>, organizando-os abaixo no gráfico nº 4:

GRÁFICO 4 – FOTOGRAFIAS ANALISADAS

Elementos **predominantes** nas fotografias analisadas:



FONTE: A autora (2020).

O espaço das chacinas assume, portanto, posição de destaque nas fotografias analisadas, figurando em 27 notícias, e as imagens dos apenados ocupam a segunda colocação ao aparecerem em 13 matérias, sobre essas esclarece-se que em 3 das 62 selecionadas, retrataram-se as vítimas fatais das chacinas de 2017 e 2019. Em terceiro, encontram-se as fotografias que apresentavam autoridades policiais ou viaturas, as quais estão presentes em 12 dos links visitados.

Para Angela Davis, a percepção a respeito do cárcere tomado como parte inerente da vida social pode ser atribuída aos retratos constantemente trazidos pela

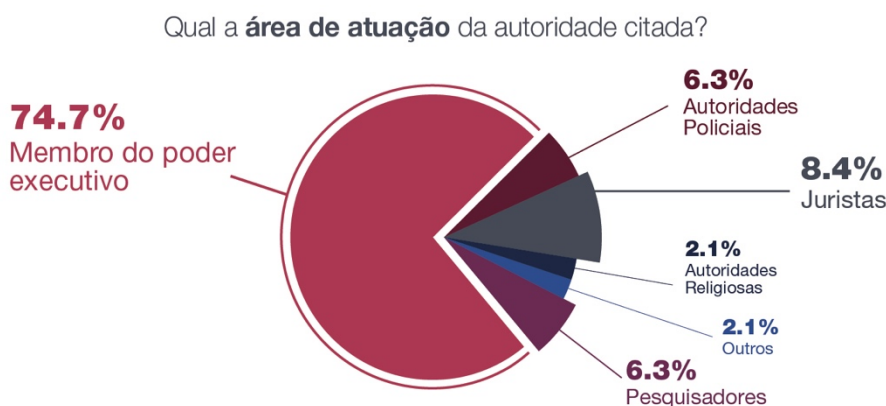
<sup>38</sup> Quanto à elaboração do gráfico, é preciso esclarecer que cada elemento foi contabilizado apenas uma vez para cada notícia em que esteve presente, embora pudessem existir múltiplas fotos na mesma matéria que retratassem elementos semelhantes – por exemplo, fotografias distintas da fachada do Compaj e da fachada da Casa de Detenção de São Paulo em uma notícia. Além disso, uma mesma fotografia pode conter mais de um elemento, sendo ambos contabilizados na elaboração do gráfico – por exemplo, uma fotografia de policiais no interior do estabelecimento carcerário.

mídia. Desse modo, a presença de prisões no ambiente imagético exerce papel fundamental para sua naturalização no imaginário social.<sup>39</sup>

O próximo item das fichas de análise buscava apurar se a divulgação midiática a respeito das chacinas em estabelecimentos carcerários costuma exibir falas ou opiniões de autoridades no assunto. Como resultado, notou-se que 48 notícias citaram ao menos uma opinião de autoridade, o que representa cerca de 77,4% do todo. Nestas, 40 pessoas distintas foram referenciadas, em citações diretas e indiretas e, por vezes, as mesmas pessoas foram trazidas por mais de uma matéria.

Com o fim de apurar de maneira ampla os discursos adotados, sem a necessidade de nomear cada uma das autoridades identificadas, optou-se por mapeá-las de acordo com o cargo ou função que desempenhavam ao tempo das publicações. Essa estimativa foi realizada considerando em quantas notícias a mesma pessoa foi mencionada e quantas pessoas diversas foram citada em uma mesma matéria, apresentando em sua decorrência o gráfico de nº 5:<sup>40</sup>

GRÁFICO 5 – FALAS DE AUTORIDADES CITADAS NAS NOTÍCIAS



FONTE: A autora (2020).

É possível observar que as publicações de 2017 e 2019 revelaram a citação reiterada de autoridades do poder executivo no tocante às possíveis causas para os massacres, bem como sobre medidas aplicadas após as mortes. Dentre essas autoridades, Sérgio Fontes, Secretário Estadual de Segurança Pública do Amazonas em janeiro de 2017, foi aludido em dezesseis oportunidades. Sobre as vítimas do

<sup>39</sup> DAVIS, *op. cit.*, p.19-20.

<sup>40</sup> O valor apresentado no gráfico 5 foi calculado a partir do total de autoridades citadas em todas as matérias analisadas e, por conseguinte, não considera o percentual de matérias que trouxeram fala de autoridade.

massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, o portal G1 reproduziu a seguinte declaração: “os mortos são integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e presos por estupro, segundo o secretário da Secretaria Pública do Amazonas, Sérgio Fontes”.<sup>41</sup>

Nada obstante a informação atribuída ao Secretário, em apuração realizada pelo site Metrôpoles com as 123 vítimas fatais identificadas das chacinas de janeiro de 2017 – abarcando, portanto, os eventos do Amazonas, Rio Grande do Norte e Roraima –, concluiu-se que 60,16% dos sentenciados mortos cumpria pena por roubo ou furto, 37,39% cumpria pena por tráfico de drogas, ao passo que 9,75% foram condenados por estupro.<sup>42</sup>

Os dados a respeito dos delitos pelos quais os presos mortos se encontravam no Compaj não foram elucidados pelo G1 – ao menos dentre as notícias analisadas para esta pesquisa – contudo, a afirmação de Sérgio Fontes foi reiterada pelo site, como neste trecho de uma publicação de julho de 2019 que não faz alusão ao Secretário: “Em 2017, 56 presos foram assassinados em uma rebelião que durou 17 horas. Os mortos eram integrantes de uma facção criminosa que cumpriam pena por estupro”.<sup>43</sup>

Neste excerto, contudo, a significação é metamorfoseada, não restando dúvidas de que não só todos os 56 mortos cumpriam pena por estupro, como também de que seriam todos integrantes de uma organização criminosa. Todavia, de acordo com a reportagem publicada no portal de imprensa Metrôpoles, ao menos 46 dentre 55 mortos identificados no Compaj cumpriam pena por outros delitos. Como resultado o percentual de condenados por estupro dentre os mortos identificados no Compaj (aproximadamente 16,36%) se demonstra bastante próximo ao percentual calculado na reportagem em relação às 123 vítimas das chacinas de 2017.<sup>44</sup>

Além de Sérgio Fontes, destaca-se dentre os representantes do poder executivo mais mencionados o Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas em 2017, Pedro Florêncio, trazido em 10 oportunidades. Na terceira colocação está o Secretário de Justiça e Cidadania de Roraima em 2017, Uziel de

---

<sup>41</sup> G1, 2017a.

<sup>42</sup> SAMORANO, Carolina; RODRIGUES, Larissa; ALVES, Pedro. As faces das chacinas no cárcere. Metrôpoles. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/chacinas-nos-presidios-conheca-as-123-historias-dos-detentos-mortos>>. Publicado em: 30 jul. 2017. Acesso em: 19 jun. 2020.

<sup>43</sup> G1, 2019a.

<sup>44</sup> SAMORANO; RODRIGUES; ALVES, *op. cit*

Castro, mencionado 7 vezes. Na sequência, duas autoridades tiveram suas opiniões reproduzidas em 6 links: o Ministro da Justiça em 2017, Alexandre de Moraes e o governador do Pará no ano de 2019, Helder Barbalho.

A repetição de nomes do poder executivo não ocorreu na mesma medida com os juristas, as 8 matérias que os mencionaram trouxeram pessoas distintas, entre magistrados – como o Juiz da Vara de Execuções Penais do Amazonas Luiz Carlos Valois –, e advogados – como o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil do Pará (OAB-PA), Eduardo Imbiriba –, houve também alusão às opiniões do procurador-geral do MP-AM, Pedro Bezerra, do Defensor-Público Geral do Amazonas Rafael Vinheiro e, ainda, da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal em 2017. Nenhum jurista foi trazido em mais de uma ocasião, diferentemente do Papa Francisco, autoridade religiosa cuja fala foi reproduzida em duas publicações.

Quanto aos pesquisadores especialistas em segurança pública, compete ressaltar o seguinte: embora cinco professores tenham sido mencionados, eles estiveram presentes em somente duas publicações, uma em 2017<sup>45</sup> – que trouxe opiniões da professora da Universidade Federal do ABC e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP, Camila Nunes Dias – e uma em 2019<sup>46</sup> – na qual figuraram Roberto Magno Reis Netto, pesquisador do Laboratório de Geografia da Violência e do Crime; Ítalo Lima, do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará; Edson Ramos, professor do programa de pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará; Thadeu Brandão, professor de sociologia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido; Camila Nunes Dias, pela segunda vez.

A resposta política parece tomar posição eminente diante de massacres noticiados pelo discurso midiático, no entanto, raras são as vezes em que essa resposta é embasada por estudos de profissionais que atuam rotineiramente na solução de problemas causados pelo sistema de justiça criminal. Nesse cenário, a

---

<sup>45</sup> PEREIRA, Néli. Secretário diz que corpos de presos em Roraima foram decapitados e atribui massacre a facção. G1, São Paulo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/secretario-diz-que-corpos-de-presos-em-roraima-foram-decapitados-e-atribui-massacre-a-facciao.ghtml>>. Publicado em: 06 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>46</sup> SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Por que há tantos massacres de presos no Norte e Nordeste do Brasil? G1, Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/por-que-ha-tantos-massacres-de-presos-no-norte-e-nordeste-do-brasil.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019c. Acesso em: 20 jun. 2020.

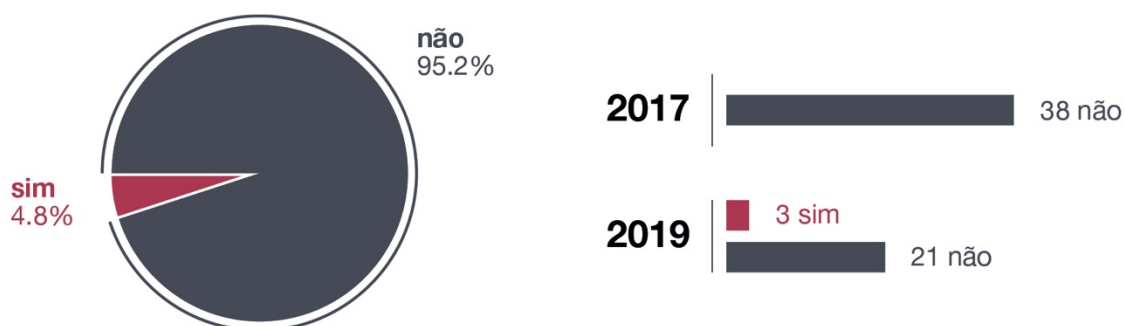


criminologia midiática é determinante para o estabelecimento de um descontrole punitivo – o que Zaffaroni qualifica como oportunidade ideal para a eclosão de massacres –, esse momento é sustentado por alguns fatores específicos que se expõem no âmbito da mídia de massas: a violência difusa, a angústia social demasiada e também a invenção de um bode expiatório que justifique medidas extremas tomadas perante a “necessidade paranoica”.<sup>47</sup>

A ausência de entrevistas de advogados dos apenados reforça a narrativa adotada pela imprensa, em que o protagonismo se volta ao falido sistema carcerário e não às vítimas das chacinas. De acordo com as respostas ao item VII “A matéria traz a entrevista de algum apenado, de seus familiares e/ou seus advogados?”, verificou-se que apenas duas notícias entrevistaram familiares dos presos e somente uma reproduziu fala de um egresso do sistema prisional a respeito das chacinas. Confira os percentuais no gráfico 6:

GRÁFICO 6 – ENTREVISTAS DE APENADOS, SEUS FAMILIARES E/OU SEUS ADVOGADOS

Há a **entrevista** de algum apenado, de seus familiares e/ou de seu advogado na matéria?



FONTE: A autora (2020).

Como retratado no gráfico 6, as três notícias que arrolaram entrevistas com familiares dos presos e com um detento foram publicações de julho de 2019, não havendo qualquer fala desta espécie nas 38 matérias datadas de janeiro de 2017.<sup>48</sup>

<sup>47</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 135-148.

<sup>48</sup> NASCIMENTO, Eliana. Visitas em unidades prisionais de Manaus são retomadas dois meses após massacre de 55 presos. G1, Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/27/visitas-em-unidades-prisionais-de-manaus-sao-retomadas-dois-meses-apos-massacre-de-55-presos.ghtml>>. Publicado em: 27 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020. G1, 2019a.

G1. Familiares de detentos seguem sem informações após massacre que matou 57 em presídio de Altamira G1, Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/familiares-de>>.

O entrevistado, egresso do sistema penitenciário, descreveu o que testemunhou na chacina que havia ocorrido na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (RR) “Eram três, quatro [pessoas] matando um só. Uns atacavam o pescoço, outros o corpo. Estavam com faca, ferros. Os que matavam recebiam, por telefone, ordens dos chefes sobre quem deveria morrer [...]”.<sup>49</sup> As entrevistas com os familiares, por seu turno, ilustraram a desinformação quanto às novas regras aplicadas à visita nas unidades de Manaus, após as mortes em maio de 2019<sup>50</sup> e, ainda, quanto à segurança dos apenados logo após as notícias das mortes no Pará, conforme declaração da irmã de um sentenciado que cumpria pena no Centro de Recuperação Regional de Altamira:

A gente ouve bomba, tem sempre gente entrando. A gente precisa saber, porque caso tenha acontecido o pior, temos que lidar com funeral. Eles (Susipe) precisam avisar pelo menos. Não podemos ficar nessa incerteza. Se não querem divulgar tudo, chame pelo menos a mãe ou esposa de cada preso em particular.<sup>51</sup>

Ao final, resta a questão a respeito das facções criminosas envolvidas nas chacinas noticiadas. As organizações criminosas nomeadas variam em cada ano e local analisado: em janeiro de 2017, o Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo, ao lado da Família do Norte (FDN) do Amazonas e do Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte são destacadas; em julho de 2019, as disputas são atribuídas ao Comando Classe A (CCA) do Pará e ao Comando Vermelho (CV) do Rio de Janeiro. O gráfico 7 demonstra abaixo o percentual de matérias que fizeram alusão às organizações criminosas e qual a frequência com a qual cada uma foi citada:

---

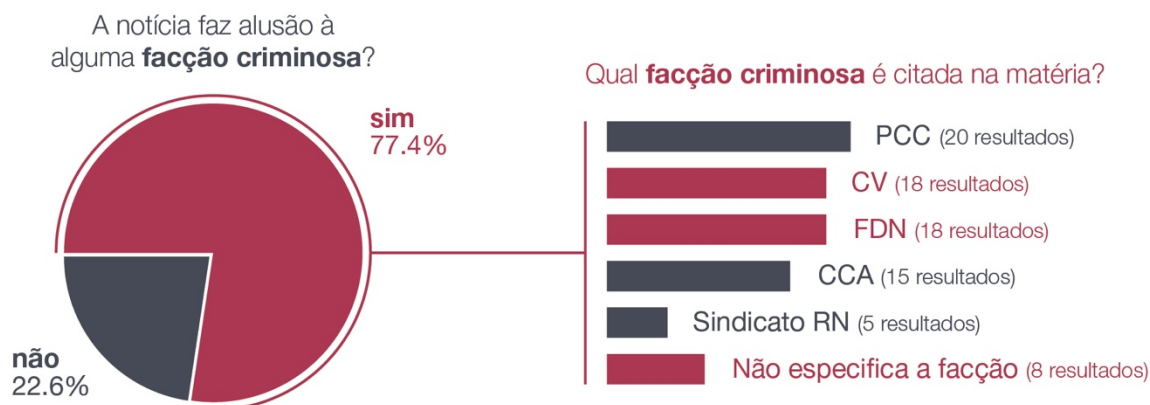
detentos-seguem-sem-informacoes-apos-massacre-que-matou-57-em-presidio-de-altamira.ghtml>. Publicado em: 30 jul. 2019b. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>49</sup> G1, 2019a.

<sup>50</sup> NASCIMENTO, *op. cit.*

<sup>51</sup> G1, 2019b.

GRÁFICO 7 – FACÇÕES CRIMINOSAS



FONTE: A autora (2020).

Assim, a eclosão dos massacres foi repetidamente atribuída às disputas entre facções criminosas: o PCC esteve presente em 20 publicações; o CV e a FDN, em 18; o CCA, em 15; o Sindicato RN, em 5. Conquanto sejam quase equiparadas as menções a cada uma das organizações, é necessário ter em vista que a sua atuação no Brasil não se dá na mesma medida.

O projeto de expansão do PCC – objetivando o domínio do tráfico de drogas fora de São Paulo – sucedeu na sua ruptura com o Comando Vermelho ainda em junho de 2016. A partir desse rompimento, o alinhamento de grupos menores se articulou para o fim de impedir a dominação absoluta da facção paulista. O Comando Vermelho se aliou ao Primeiro Grupo Catarinense, ao Sindicato do Crime e à FDN. No entanto, apenas em janeiro de 2017, a situação atingiu grau máximo, quando aconteceram rebeliões que deixaram mais de 160 mortos.<sup>52</sup>

Por conseguinte, o conflito entre facções criminosas se desdobra em facetas mais complexas do que a criminologia midiática se reserva a explicar. As alianças entre grupos menores, por exemplo, somente foram mencionadas em duas matérias – que coincidem com as únicas em que pesquisadores foram citados.

Por outro lado, a pesquisadora afirma que, mesmo fragmentados, esses grupos criam uma polarização nos Estados do Norte e Nordeste entre PCC e CV - os maiores do país. Segundo ela, isso começou em 2016, quando as gangues nascidas no Rio de Janeiro e São Paulo, que atuavam juntos e conviviam nas mesmas prisões, romperam relações.

<sup>52</sup> DIAS; MANZO, *op. cit.*, p. 8-18.

"Os grupos menores são geralmente aliados de um ou outro. Raramente são neutros. Isso acabou polarizando. É aquele papo de 'o inimigo do meu amigo também é meu inimigo'".<sup>53</sup>

Em sentido oposto às afirmações de Camila Nunes Dias observadas no trecho acima, em algumas publicações, as autoridades públicas alegaram que os massacres não diziam respeito às disputas entre facções. Por exemplo, o que disse o Presidente do TJ-RR, desembargador Almiro Padilha:

Na avaliação do presidente do TJ-RR, as mortes não têm relação com facções criminosas, pois os grupos teriam sido separados em outubro, após 10 presos morrerem em confronto também na penitenciária. "O que nos surpreende é que em outubro [2016], quando ocorreu a primeira tragédia, nós separamos as facções, por determinação do juiz de Execução. O Comando Vermelho ficou na Cadeia Pública e o PCC [Primeiro Comando da Capital] na Penitenciária de Monte Cristo [...]. Na Penitenciária Agrícola não tem ninguém do Comando Vermelho ou da Família do Norte. Agora, logicamente que a tragédia, que se não era previsível para ontem a noite ou se o setor de inteligência não tomou conhecimento, mas pela fragilidade do sistema penitenciário em Roraima, era previsível", pontou.<sup>54</sup>

A pesquisa empírica sistematizada neste capítulo se demonstra indissociável de um estudo mais cuidadoso. Primeiro, há de se considerar as dimensões da relação entre mídia e direito penal, que Nilo Batista compreendeu como uma espécie de "parceria" para legitimação do sistema penal.<sup>55</sup> Segundo, torna-se necessário o estudo do histórico e desenvolvimento de facções criminosas no Brasil, com o devido destaque ao PCC, que utilizou das prisões como ferramenta fundamental para as disseminações dos seus ideais.<sup>56</sup> Assim, são delineados os próximos capítulos, com o propósito de adentrar o arcabouço teórico que possibilita apreender os resultados da pesquisa realizada junto ao portal G1.

---

<sup>53</sup> G1, 2019c.

<sup>54</sup> G1, 2017b.

<sup>55</sup> BATISTA, *op. cit.*, p. 271.

<sup>56</sup> DIAS, Camila Nunes; MANSON, Bruno Paes. PCC, sistema prisional e gestão do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, p. 10-29, 2017, p. 14-15.

## 2. MÍDIA E DIREITO PENAL

*Só sei dizer que não tinha nenhum santo. Eram estupradores, eram matadores que estavam lá dentro do sistema penitenciário*  
José Melo, ex-governador do Amazonas

Neste capítulo, a relação mídia e direito penal é aprofundada de acordo com estudos da criminologia midiática e elaborações críticas acerca do jornalismo brasileiro. Após a apresentação dos aspectos gerais que tocam a construção da criminologia midiática, a atenção se volta à prisão e às chacinas observadas à luz da atuação seletiva da imprensa.<sup>57</sup> Dessa forma, são dispostas algumas questões que nortearam esse estudo acerca da grande mídia no Brasil: quem seleciona o que será noticiado? Qual o interesse oculto nesta escolha? Quais os efeitos do discurso resultante?

Sem a pretensão de que, ao final, sejam absolutamente respondidos, tais questionamentos são o fio condutor dos caminhos percorridos nesta empreitada monográfica.

### 2.1 CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA: O JORNALISMO À SERVIÇO DO MERCADO

As origens da imprensa, no século XV, remontam ao fim da Idade Média e ao início da era moderna, como atividade típica da burguesia. A organização da mídia e o interesse comercial em maior escala foi observado no início do século XIX, com os primórdios de uma comunicação globalizada através do desenvolvimento tecnológico. Com isso, jornais que costumavam ter enfoque pedagógico e político se reformularam, transformando-se em verdadeiras empresas.<sup>58</sup>

No final do século XIX, jornais franceses eram o meio de comunicação massificado que silenciava matérias sobre o genocídio armênio pelo Império Otomano para servir aos propósitos das empresas que os controlavam – uma vez que seus diretores eram beneficiários de empresas otomanas. Ao passo que contemporaneamente, identifica-se a propagação de objetivos de um “neopunitivismo”

---

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 101-116.

<sup>58</sup> CARDOSO, Helena Schiessl. **Discurso Criminológico da mídia na sociedade capitalista: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público**. 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p.7-13.

na atuação midiática, com base em políticas norte americanas difundidas no mundo globalizado.<sup>59</sup>

No Brasil, as empresas de comunicação são controladas por grupos familiares: as principais redes brasileiras pertencem a oito famílias. A Globo, em especial, pertence à família Marinho. Ao seu lado, instituições religiosas marcam presença desde a década de 1990 no domínio dos meios de comunicação. Conforme escreveu Helena Schiessl Cardoso, trata-se de “uma complexa rede de associações de interesses, apadrinhamentos e parentescos” – o que se apresenta em dissonância com o §5º, art. 220 da Constituição da República, que proíbe o monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação.<sup>60</sup>

Essa imprensa controlada por um pequeno grupo de pessoas é responsável pela construção dos preceitos da chamada criminologia midiática que tanto se distancia das construções acadêmicas a respeito da questão criminal. Contudo, a criminologia produzida no âmbito da academia se demonstra incompatível com a vivência da maior parcela da população. Isso porque o povo só se faz consciente da criminologia midiática, que se apresenta como versão simplista do entendimento do poder punitivo, com o fim de fomentar uma população conivente com a existência de um sistema penal conservador da hierarquia social.<sup>61</sup> Assim, a população – que só conhece da questão criminal por meio do discurso da mídia – reivindica a atuação rigorosa do Estado penal<sup>62</sup>, como se verifica da leitura de alguns dos comentários de leitores das notícias do portal G1 acerca das chacinas em estabelecimentos carcerários: em 2019, um usuário escreveu que os Códigos Penal e de Processo Penal deveriam ser atualizados para se tornarem leis “mais severas, mais ríspidas” e, complementou “Ou será que os senhores Legisladores só vão tomar providências contra a Violência quando ela chegar por seus familiares, é isto? Muda Brasil!”.<sup>63</sup>

O sistema penal apresenta hoje uma série de males sociais dos quais apenas se beneficiam os mais bem ranqueados na hierarquia social, a exemplo da privatização da segurança – significando a transformação de presídios em

---

<sup>59</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 303-305.

<sup>60</sup> CARDOSO, *op. cit.*, p. 17-22

<sup>61</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 96-98.

<sup>62</sup> CARDOSO, *op. cit.*, p. 2.

<sup>63</sup> O comentário foi anexado à seguinte notícia: G1. IML libera 10 corpos de vítimas do massacre no presídio de Altamira, no Pará. G1, Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/iml-libera-cinco-corpos-de-vitimas-do-massacra-no-presidio-de-altamira-no-para.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jul. 2020.

verdadeiras empresas lucrativas –, da exclusão social e da corrupção. A todas essas consequências maléficas se associa a criminologia midiática a fim de continuar mascarando os verdadeiros fins e detalhes da aplicação prática do poder punitivo.<sup>64</sup>

A forma atual de manifestação da criminologia midiática é associada às imagens que puderam ser propagadas de forma massiva com a televisão. Nesse espaço, a disseminação de imagens do estereótipo do criminoso – baseada em preconceito e inverdades – permite que a criminologia midiática defenda que a sociedade deve se isolar de todos que preenchem os critérios formadores de tal estereótipo.<sup>65</sup>

Ao elaborar sobre os efeitos do jornalismo, Bourdieu apresenta os riscos de uma imprensa pautada no mercado que substitui saberes técnico-científicos por assuntos mais palatáveis e atrativos para grandes audiências – em um processo que é muito semelhante ao que ocorre no campo político sob efeito das exigências do capital. Nesse ínterim, a televisão, em especial, serve de “instrumento de demagogia racional”.<sup>66</sup>

Nesse pano de fundo, no qual poucas empresas controlam múltiplos veículos de comunicação, a questão dos limites do jornalismo aparece difusa. De acordo com Sylvia Moretzsohn, o jornalismo é substituído pela “mídia”, tornando-se parte de um termo amplo que abrange do noticiário à novela. As informações reproduzidas pela imprensa se relacionam, desse modo, com os temas trazidos em programas de entretenimento. Consecutivamente, a questão dos limites do jornalismo se perde, porque “o processo de produção de sentido se dá nesse contexto de interrelação das diversas formas comunicativas que compõem o campo da mídia”. Isto é, anteriormente se discutia os limites do jornalismo, no entanto, esta questão se esvaziou – ou se tornou insuficiente –, uma vez que todos os setores que compõem a “mídia” se inter-relacionam para construir a notícia.<sup>67</sup>

Com isso, rotineiramente, a imprensa ultrapassa seu dever fundamental de informar<sup>68</sup> e invade espaços que, como regra, seriam naturais à polícia e ao judiciário.

---

<sup>64</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 133-135.

<sup>65</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 305-307.

<sup>66</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 101-116.

<sup>67</sup> MORETZSOHN, *op. cit.*, p. 292.

<sup>68</sup> Exemplo disso foi a ocasião em que a Rede Globo foi obrigada, por decisão judicial, a conceder direito de resposta ao então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola após ter acusado o “declínio da saúde mental” do político em editorial do O Globo replicado durante exibição do Jornal Nacional. Em sua resposta, também televisionada no Jornal Nacional, Leonel Brizola arguiu que o

Os portais de comunicação assumem a posição de “quarto poder” quase equiparado ao Executivo, Legislativo e Judiciário ou, ainda, assumem o papel de defensores da sociedade, escondendo intenções próprias da empresa ou corporação midiática à qual pertencem.<sup>69</sup>

Nos seus escritos sobre a relação entre imprensa e criminologia, Sylvia Moretzsohn elucidou que “o processo de seleção e hierarquização dos fatos a serem transformados em notícia implica uma intencionalidade, frequentemente não explícita, dos responsáveis por este trabalho”.<sup>70</sup> De acordo com Foucault, a construção do discurso é controlada, sistematizada e exteriorizada com fins de dominação. Há neste processo matérias que são excluídas do discurso, das quais não se pode falar – os tabus –, bem como há sujeitos que não são ouvidos, que não podem discursar. Segundo o autor, o discurso se interconecta duplamente com o poder e com o desejo, pois o que é pronunciado como parte do discurso dispõe não só as ideias do sistema dominante, como também concebe o poder do qual se pretende apoderar.<sup>71</sup>

No que tange às autoridades entrevistadas por grandes veículos de comunicação, Zaffaroni explica que a criminologia midiática oculta seus equivocados conceitos na fala de especialistas a quem os portais de comunicação atribuem conhecimento científico.<sup>72</sup>

A perpetuação da mentalidade fundada na criminologia midiática é, desse modo, facilitada por um processo de “retroalimentação” que se traduz na utilização da

---

canal se utilizava da liberdade de imprensa sem deter autoridade no assunto, uma vez observada a conivência da empresa para com a ditadura civil militar e, na mesma oportunidade, afirmou que “tudo na Globo é tendencioso e manipulado”. A emissora manteve longa oposição às campanhas eleitorais e feitos de Brizola, criticando, inclusive, a construção do “sambódromo” – atual palco do carnaval carioca – à época financiado pelo governo estadual do Rio de Janeiro. Conforme: RIBEIRO, Bruno. Brizola contra Rede Globo: 23 anos de uma vitória épica. PDT. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/brizola-contra-rede-globo-23-anos-de-uma-vitoria-epica/>>. Publicado em: 15 mar. 2017. Acesso em: 25 jul. 2020. PINHO, Débora. O dia em que a Globo falou mal do dono da Globo. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-mai-28/imagens-historia-dia-globo-falou-mal-dono-globo>>. Publicada em: 28 mai. 2009. Acesso em: 27 jul. 2020. A Globo dizia que o Sambódromo ia cair. **Conversa Afiada** – com Paulo Henrique Amorim, 27 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/pig/2014/02/27/a-globo-dizia-que-o-sambodromo-ia-cair>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>69</sup> MORETZSOHN, *op. cit.*, p. 293.

<sup>70</sup> MORETZSOHN, Sylvia. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.html>>. Acesso em: 15 ago. 2019, p. 12-13.

<sup>71</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 8-13.

<sup>72</sup> ZAFFARONI, 2012, p.337-338.



fala de especialistas sérios – como juízes ou promotores – para corroborar suas teorias errôneas a respeito de assuntos que pertencem à criminologia e à ciência social. A resposta desses profissionais, quando questionados em matérias que não conhecem profundamente, repete a narrativa criada pela mídia e, por isso, “retroalimenta” esse discurso construído como realidade.<sup>73</sup>

Observados os resultados da pesquisa empírica empreendida, o processo de retroalimentação se relaciona com a predominância de entrevistas de autoridades do poder executivo em detrimento de pesquisadores e juristas. As falas de secretários e governadores à época dos fatos reverberam conceitos próprios da criminologia midiática. Como exemplo, é possível citar trecho do discurso de Pedro Florêncio – Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas em 2017, mencionado em 10 das 62 notícias analisadas – reproduzido pelo G1, quando Florêncio disse que “na Cadeia Vidal Pessoa, onde os presos estão, ‘não tem padres, tem criminosos’”.<sup>74</sup>

Mais do que influenciar o judiciário, como preceitua o modelo do *trial by media*, a imprensa realiza seu próprio julgamento.<sup>75</sup> Rotular a população privada de liberdade como composta exclusivamente por “criminosos” em oposição a “padres”, evidencia esse julgamento que, por sua vez, ignora o percentual de presos provisórios que, com frequência, não são condenados. Ao menos 12,19% das 123 vítimas das chacinas nos presídios em janeiro de 2017 não haviam sido condenadas por sentença transitada em julgado.<sup>76</sup>

Dessa forma, é possível observar iniciativas da imprensa que revelam uma abordagem maniqueísta em face do “crime” e do “traficante” – categorias que incorporam o que é mau em oposição aos cidadãos “de bem”. Essas iniciativas se traduzem em matérias jornalísticas que compõem um retrato da insegurança criada a partir da criminalidade urbana.<sup>77</sup>

A criminologia midiática não é sempre bem sucedida em tornar seus interesses subentendidos. Ela adota um vocabulário de guerra intencionalmente escolhido; justifica execuções cometidas por policiais com supostos dados a respeito

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 338-339.

<sup>74</sup> G1. Massacre completa uma semana e crise carcerária segue no Amazonas. **G1**, Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iqtHZa>>. Publicado em: 08 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>75</sup> BATISTA, *op. cit.*, p. 286.

<sup>76</sup> SAMORANO; RODRIGUES; ALVES, *op. cit.*

<sup>77</sup> MORETZSOHN, 2019, p. 9-10.

das vítimas (antecedentes criminais ou dependência química); deixa de mencionar que os mortos pela polícia são jovens, transformando suas mortes em consequência inevitável de seu comportamento violento. Execuções costumam receber o nome de “troca de tiros entre policiais e traficantes” e as mortes são sinal de vitória na guerra contra o crime.<sup>78</sup>

Nessa esteira, o pânico moral é criado por meios midiáticos comuns quando escolhem noticiar a criminalidade de maneira acentuada, dedicando mais espaço em suas páginas, entrevistando mais especialistas ou exigindo criação de leis que interrompam o ciclo de crimes. Todavia, estas ações da mídia não são pautadas nos níveis reais de criminalidade.<sup>79</sup>

De qualquer forma, o que é inquestionável é que a criminologia midiática aumenta ou reduz seu espaço e às vezes cai na antipolítica, sem que isso seja explicável pela frequência criminal, que nunca pode apresentar variantes tão abruptas.<sup>80</sup>

Com isso, são enumerados os três elementos constantemente reiterados pela criminologia midiática com a finalidade de reprodução do pânico moral e de causar prejuízo às instituições em sociedades democráticas. Em primeiro, a demanda por segurança como elemento central da política. Segundo, a demonstração de uma guerra constante contra um grupo específico. Terceiro, o lançamento de uma crítica ao Estado, que supostamente falha em sua tarefa de proteger os cidadãos. Assim, caracteriza-se um fenômeno que Zaffaroni chama de “antipolítica”.<sup>81</sup>

Por seu turno, Hassemer observou na conjuntura alemã o crescimento de matérias de segurança pública, criminalidade e violência perante a opinião pública e, concomitantemente, a simplificação da questão discutida. Do mesmo modo, a solução exigida foi reduzida à suposta necessidade de ampliação de métodos punitivos.<sup>82</sup> A esse respeito, prosseguiu o autor:

O atrevimento e a impassibilidade do arbítrio criminal cruzam incessantemente nossa mídia e nossas cabeças, desencadeando torrentes

---

<sup>78</sup> ZAFFARONI, 2012, p.311.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p. 328.

<sup>81</sup> ZAFFARONI, 2012, p.327-328.

<sup>82</sup> HASSEMER, Winfried. Segurança Pública no Estado de Direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, nº 5, p. 55-69, 1995, p. 55-56.

de intimidação e indignação, que eliminam qualquer concepção de segurança pública asseguradora de liberdade.<sup>83</sup>

Portanto, seja na Alemanha, seja no Sul global, a atividade de meios de comunicação massificados surte efeitos na percepção da questão criminal. Ainda assim, a criminologia midiática deve ser compreendida ao lado dos marcos políticos do país em que atua, visto que ela não subsiste como fenômeno isolado. Na América Latina, até mesmo a criminologia acadêmica se originou a partir de fundamentos racistas.<sup>84</sup> Contemporaneamente, a manifestação da mídia demonstra uma tática política que consiste em reunir os preconceitos comuns da sociedade para criar o grupo inimigo que, por sua vez, é responsabilizado pela suposta crise de segurança pública.<sup>85</sup>

A criminologia midiática é a única reconhecida por agentes políticos e, por isso, as medidas adotadas pelo Estado se contradizem: são atribuídas grandes forças às polícias que, por sua vez, tornam-se autônomas o suficiente para praticarem atos antidemocráticos. Ainda que a atuação política seja pautada em exigências da criminologia midiática, esta última segue por caminhos cada vez mais extremos, o que, consecutivamente, impossibilita o atendimento de todas as suas demandas. Com isso, a criminologia midiática passa à sua crítica do Estado e da política, pois estes não lhe entregam a pena capital, a construção de novas cadeias ou a supressão de garantias constitucionais.<sup>86</sup>

Nilo Batista ressalta a força do vínculo entre mídia e sistemas penais no contexto neoliberal.<sup>87</sup> Essa conjuntura econômica exige, para o sucesso de sua empreitada, um poder punitivo amplo e onipresente, em razão da insegurança social criada para os trabalhadores. Assim, o compromisso entre imprensa e neoliberalismo é essencial à compreensão do vínculo que abarca mídia e sistema penal. A partir da mídia, criam-se crenças criminológicas, nas quais a pena figura em posição central.<sup>88</sup>

O fundamento para o discurso criminológico midiático se encontra na ficção de um passado urbano cordial e utópico e, por meio dessa invenção, justifica-se a análise de instituições públicas e de conflitos sociais pautada numa ideia também

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>84</sup> ZAFFARONI, 2012, p.328-329.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 330.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.333.

<sup>87</sup> BATISTA, *op. cit.*, p. 271.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 273.

inventada do “politicamente correto”.<sup>89</sup> Ao Estado é atribuída toda a culpa sobre a problemática do sistema vigente, como se este fosse um típico problema de origem estatal e não dissesse respeito às classes sociais ocupantes do poder.<sup>90</sup>

As ações da criminologia midiática incentivam uma forma de Estado autoritário e, como resultado, observa-se na América Latina o crescimento da criminalidade organizada, ao lado do fortalecimento policial, da corrupção política, entre outros.<sup>91</sup> Ilustram-se, nesse contexto, as redes tecidas entre (i) discurso midiático, (ii) aprisionamento em massa e (iii) espraiamento e articulação de facções criminosas dentro do sistema carcerário brasileiro.

A hegemonia da crença criminológica inventada pela mídia está presente no todo da prática jornalística – dos obituários às publicações teoricamente progressistas. Até mesmo a produção acadêmica é suprimida em face da força do dogma defendido pela mídia, a qual não só aborda a necessidade de agências executivas do sistema de justiça criminal como também performa o papel característico de tais instituições. Nilo Batista expõe que esse atuar da imprensa desenvolve a privatização, ainda que parcial, do poder punitivo articulado em uma relação de familiaridade entre instituições estatais e empresas de comunicação no Brasil.<sup>92</sup>

Essa crença encontra sua melhor descrição nas palavras do Professor Zaffaroni:

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos, que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus. Os *eles* da criminologia midiática incomodam, impedem que se durma com portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e, por isso, devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos nossos problemas. Para isso é necessário que a polícia nos proteja de seus assédios perversos, sem nenhum obstáculo nem limite, porque nós somos limpos, puros, imaculados.<sup>93</sup>

Em suma, “a criminologia midiática se volta para o *eles* e estigmatiza como *violenta* qualquer manifestação que vá contra sua construção de realidade”.<sup>94</sup>

---

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 277.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 278.

<sup>91</sup> ZAFFARONI, 2012. p.326.

<sup>92</sup> BATISTA, *op. cit.*, p.288.

<sup>93</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 98.

<sup>94</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 309.

## 2.2 O DISCURSO DE INCENTIVO AO GENOCÍDIO ESTATAL DA POPULAÇÃO APRISIONADA

O encarceramento, antes de método punitivo final, costumava ser o meio para garantir a execução de penas de tortura e morte. No entanto, ainda nos séculos XVIII e XIX, o destaque para as prisões cresceu ao lado da edificação do modo de produção capitalista.<sup>95</sup> No princípio do século XIX, inicia-se a época da “sobriedade punitiva” que, no entanto, não extinguiu absolutamente a prática da tortura, que se manteve por muito tempo. Paulatinamente, a pena deixa de punir corpos e passa a tomar como objeto o confisco de um bem ou de um direito. Não necessariamente a mudança da pena seria, para Foucault, o refreamento de sua intensidade, mas estaria relacionada a uma mutação de seu propósito – *“que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo”* –, de acordo com o sistema econômico vigente.<sup>96</sup>

A instalação do sistema de justiça criminal no Brasil diz respeito aos fundamentos históricos da sociedade brasileira. Como descreveu Juliana Borges, o Brasil é um país fundado na escravidão que, por sua vez, tem como base a hierarquização racial. Em razão disso, não há como afirmar que esses pilares da formação do país se desvaneceram tão somente com as pretensões progressistas de uma democracia racial que jamais se efetivou, haja vista o processo de negação e de apagamento dos negros na constituição da sociedade brasileira. Da mesma forma, a discussão que cerca o sistema de justiça criminal brasileiro não pode se desvencilhar do próprio fundamento do país.<sup>97</sup>

O modelo de justiça criminal brasileiro herda características do direito privado e do escravismo – que aplicava penas distintas aos livres e aos escravizados –, demonstrando uma face preponderantemente punitivista da população negra, ao passo que mantém privilégios da elite.<sup>98</sup> Nesse ínterim, as reconfigurações do poder punitivo ao longo do tempo são apenas ferramentas que pretendem perpetuar hierarquias raciais a partir da mentalidade escravocrata.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> DAVIS, *op. cit.*, p.45-46.

<sup>96</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987, p.17-21.

<sup>97</sup> BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p. 57-64.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 68-70.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

De acordo com Angela Davis, a relação direta entre a escravidão e as prisões permite observar as prisões enquanto instituições perpetuadoras do racismo e essa percepção, para a autora, é o ponto de partida para demonstrar a obsolescência do cárcere.<sup>100</sup>

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – organizado pelo DEPEN – permite verificar que a população privada de liberdade, atualizada até dezembro de 2019, somava 775.274 apenados que ocupam estabelecimentos carcerários com capacidade para 442.349 pessoas. Ainda, do todo da população prisional, o maior percentual é composto por pessoas não brancas, uma vez que 49,88% dos presos são pardos, 16,81% são pretos, 0,8% são amarelos e 0,31% indígenas, em oposição aos 32,29% brancos. Dentre os homens aprisionados, verifica-se que 105.870 são pretos e 311.550 são pardos, em uma análise de 625.906 apenados.<sup>101</sup>

Nada obstante a reiterada falha do encarceramento como método punitivo, as prisões seguem retratadas pela mídia como solução, o que apenas corrobora sua naturalização diante do imaginário social.<sup>102</sup> O poder de operação de ideologias racista e punitivista acarreta a incapacidade de muitas pessoas de conceber que as prisões constituem parte de um modelo punitivo defasado. O estabelecimento prisional é o espaço onde o racismo se reproduz, garantindo seu impacto sobre comunidades e favelas.<sup>103</sup>

De acordo com a reportagem do Metrôpoles que apurou as chacinas nos presídios ocorridas em janeiro de 2017, a maioria dos mortos – 56,09% – foram identificados como negros ou pardos, ao passo que 20,32% não foram identificados racialmente, 18,69% eram brancos e 4,87% indígenas. Além disso, a matéria constatou que nos três estados onde ocorreram as chacinas, o percentual de negros e pardos na população carcerária superava a média nacional: no Amazonas, 83,07% dos encarcerados são negros; no Rio Grande do Norte, 81,28%; em Roraima, 77,6%.<sup>104</sup> De forma análoga, verificou-se que 53 dos 62 mortos em Altamira em julho

<sup>100</sup> DAVIS, *op. cit.*, p. 27.

<sup>101</sup> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ZlZWFMNzktNjRlZi00MjNiLWFlYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJlRi0GRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>102</sup> DAVIS, *op. cit.*, p. 19-20.

<sup>103</sup> BORGES, *op. cit.*, p. 117.

<sup>104</sup> SAMORANO; RODRIGUES; ALVES, *op. cit.*

de 2019 eram homens negros, perfazendo um percentual que abrange aproximadamente 85,48% das vítimas do incidente no Pará.<sup>105</sup> Por conseguinte, observa-se um alto índice de letalidade da população negra encarcerada no Brasil que se adequa às origens racistas do sistema de justiça criminal brasileiro, pois, como afirmou Juliana Borges “as prisões são depósitos do que a sociedade marginaliza e nega”.<sup>106</sup>

Nilo Batista sumariza os vínculos entre instituições de controle social e o sistema econômico, reiterando que as crenças criadas a partir do sistema criminal, ignoram suas falhas, bem como ignoram o direito a defesa e, assim, sustenta-se a noção de que “a boa penitenciária nos aguarda, num futuro eternamente adiado”.<sup>107</sup> A ideia de que a prisão é um local a ser reformado apenas reitera a prática punitiva penitenciária. Desse modo, buscar a reforma da prisão e, simultaneamente, ignorar que a própria existência da prisão é racista e misógina implica em obstáculo aos objetivos abolicionistas.<sup>108</sup>

Ademais, a representação da criminalidade violenta por jornais é quase equiparada a uma forma de entretenimento oferecida ao público com o objetivo de garantir maiores audiência. Todavia, esse retrato apenas reforça uma narrativa que não corresponde à criminalidade real.<sup>109</sup> Como explicou Bourdieu, o jornalismo escolhe o que será noticiado de acordo com uma lógica do mercado que preceitua a busca do sensacional.<sup>110</sup>

Os altos níveis de encarceramento são atribuídos às regras para fixação do regime inicial de cumprimento da pena – com destaque para as previsões a respeito da forma e quantidade de pena, da reincidência e dos delitos hediondos ou equiparados –, bem como aos limites mínimos e máximos estabelecidos pelo legislador. Em especial, é possível constatar o “empenho discursivo midiático e político na chamada ‘guerra às drogas’”, que exemplifica, no contexto brasileiro, o

---

<sup>105</sup> MPF. MPF recebe Relatores Nacionais de Direitos Humanos em missão em Altamira (PA). Ministério Público Federal, Pará. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recebe-relatores-nacionais-de-direitos-humanos-em-missao-em-altamira-pa>>. Publicado em: 17 out. 2019. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>106</sup> BORGES, *op. cit.*, p. 116.

<sup>107</sup> BATISTA, *op. cit.*, p. 275.

<sup>108</sup> DAVIS, *op. cit.*, p. 72-77.

<sup>109</sup> CARDOSO, *op. cit.*, p. 56-57.

<sup>110</sup> BOURDIEU, *op. cit.*, p. 25-26.

aperfeiçoamento do racismo na formação do estereótipo do traficante, aguçando as disparidades entre o discurso oficial e a seletividade observada na prática penal.<sup>111</sup>

No tocante às chacinas, a espetacularização da barbárie desempenha papel relevante na atenção que a mídia tem dedicado aos incidentes violentos nas prisões, o que não pode ser confundido com um renovado interesse ou preocupação com as condições desumanas em que os sentenciados são colocados.<sup>112</sup> Dentre as 38 matérias publicadas pelo G1 acerca das chacinas em janeiro de 2017, 6 fizeram menção à superlotação dos estabelecimentos carcerários no texto da notícia.<sup>113</sup>

No Amazonas: no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, cuja capacidade de lotação permite 454 presos, havia 1.224 apenados no dia 01/01/2017; na Unidade Prisional de Puraquequara, com capacidade para 614 pessoas, havia 1.600 detentos, quando 4 presos foram assassinados em janeiro de 2017 logo em seguida às mortes no Compaj<sup>114</sup>. Após o massacre em Manaus, a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa com capacidade para 250 presos e que estava fechada até então por recomendação do Conselho Nacional de Justiça (que apontou a precariedade da estrutura), recebeu 210 apenados. Em Roraima, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo detinha 1.475 presos no dia da chacina, sendo que o espaço comportava 650 pessoas. No Rio Grande do Norte, a Penitenciária Estadual de Alcaçuz também comportava 650 apenados, mas no dia do massacre em 2017 a

<sup>111</sup> SÁ, Priscilla Placha; SÁ, Jonathan Serpa. Chacinas: tanto faz se fora ou dentro das prisões (reflexões sobre os delitos encarceradores, a partir das chacinas de Campinas, do Amazonas e do Rio Grande do Norte). **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 8, n. 15, p. 273-298, jul./dez. 2016, p. 285-286.

<sup>112</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 585-586.

<sup>113</sup> Esse resultado foi concluído através da pesquisa do termo “lotação” na página das notícias. As listadas a seguir são aquelas em que o termo foi encontrado em associação à escassez de vagas nas prisões: G1, *op. cit.*, 2017b. G1. Papa Francisco diz estar preocupado após massacre em presídio de Manaus. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/papa-francisco-diz-estar-preocupado-apos-massacre-em-presidio-de-manaus.ghtml>>. Publicado em: 04 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020. LIFSITCH, Andressa; HENRIQUES, Camila; ALVES, Jamile. Conheça interior de presídio onde ocorreu massacre com 56 mortes. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iiXNOa>>. Publicado em: 06 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020. ALVES; BESSA, *op. cit.*. G1. Ministro anuncia reforço de scanners em presídios após massacre no AM. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2ibr1rz>>. Publicado em: 04 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020. AMARAL, Luciana. Após chamar massacre de acidente, Temer fala em 'pavorosa matança'. G1, Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-que-faccoes-criminosas-tem-regras-fora-do-estado-e-preocupam-nacao.ghtml>>. Publicado em: 11 jan. 2017. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>114</sup> SEVERIANO, Adneison. AM emite alerta para RO e RR sobre fugas de presos após massacre. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2i5YFp8>>. Publicado em: 03 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.



população carcerária era de 1.163 pessoas.<sup>115</sup> Ainda, segundo o G1, o Centro de Recuperação Regional de Altamira, com capacidade para 163 apenados, era ocupado por 343 pessoas privadas de liberdade em julho de 2019.<sup>116</sup>

Como *solução* para as chacinas associadas à superlotação dos presídios em 2017, o governador do Amazonas pontuou a abertura de 1.200 novas vagas no estado – as quais nem mesmo dariam conta dos apenados excedentes do Compaj e da Unidade de Puraquequara que somavam 1.756 presos além da capacidade das unidades – que, de acordo com ele, iriam “solucionar essa superlotação”. Além disso, o Ministro da Justiça organizou a transferência de uma parcela dos apenados “responsáveis pelo massacre” para presídios federais.<sup>117</sup>

As prisões superlotadas são efeito do discurso da criminologia midiática que, por sua vez, não aborda temas verdadeiramente relevantes ao direito penal. Com efeito, “[...] o peso da criminologia midiática lota as prisões com pessoas que, em quase um terço dos casos, não condenamos, ou seja, que nem sequer são os torpes que cometeram delitos”.<sup>118</sup>

Não só a superlotação é notória no sistema carcerário brasileiro, como também o alto grau de mortalidade da população aprisionada. Em dezembro de 2019, o DEPEN identificou que 17,79% dos homens privados de liberdade foram vítimas fatais de delitos cometidos nas prisões.<sup>119</sup> O Brasil ocupa posição destacada dentre os países com maiores taxas de homicídios<sup>120</sup> e, nesse cenário, a população carcerária é considerada seis vezes mais suscetível ao risco de morte violenta do que

<sup>115</sup> SAMORANO; RODRIGUES; ALVES, *op. cit.*

<sup>116</sup> G1. MPF investiga situação de presos federais e indígenas no massacre em presídio de Altamira, no Pará. G1 Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/31/mpf-investiga-situacao-de-presos-federais-e-indigenas-no-massacre-em-presidio-de-altamira-no-para.gh.html>>. Publicado em: 31. jul. 2019. Acesso em: 19 jun. 2020.

<sup>117</sup> ALVES; BESSA, *op. cit.*

<sup>118</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 336-337.

<sup>119</sup> BRASIL, *op. cit.*

<sup>120</sup> De acordo com relatório organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em 2019, o Brasil ocupa a segunda posição dentre os países com maiores taxas de homicídio na América Latina: 30,5 homicídios a cada 100 mil habitantes. Em primeiro lugar está a Venezuela cuja taxa equivale a 56,8. O relatório informa que em números absolutos 1,2 milhão de pessoas foram vítimas de homicídio no Brasil entre 1991 e 2017. Ainda, entre 2010 e 2016 a média de homicídios de pessoas privadas de liberdade foi cerca de 10 pontos maior do que a média nacional brasileira (que nesse período foi inferior a 30), aproximando-se de 40 homicídios a cada 100 mil presos. Cf. UNODC. **Global Study on Homicide 2019**. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020, p. 17, 26 e 82.

peessoas livres.<sup>121</sup> Ainda, diante do quadro pandêmico causado pela Covid-19 no ano de 2020, a letalidade do coronavírus para a população privada de liberdade foi calculada como cinco vezes maior do que a registrada para a população geral no mês de maio. Contudo, os dados são defasados, visto que a testagem dos encarcerados apenas abrangia cerca de 0,1% da população total à época dos cálculos.<sup>122</sup>

As chacinas nas prisões e fora delas revelam um sistema de justiça criminal que garante posição privilegiada às penas privativas de liberdade, na medida em que desconsidera a condição de seus estabelecimentos carcerários e os dados estatísticos acerca do aprisionamento.<sup>123</sup>

Ao longo da história, massacres se fizeram presentes como o artifício do grupo hegemônico que, com a justificativa de purificação e cura da população, cometeu o homicídio de milhares a fim de garantir o poder. A justificativa desses massacres realizados pelo poder punitivo encontra seu ponto comum na teoria da neutralização de Sykes e Matza: faz-se presente a negação da vítima por meio de justificativas racistas além da constante invocação de lealdades superiores.<sup>124</sup>

As técnicas de neutralização culminam na organização discursiva propagada pela mídia, precedendo as chacinas ordenadas pela classe hegemônica e pretendendo garantir o apoio ou indiferença da população em face do massacre orquestrado. Como exemplo de técnica de neutralização, a “negação da responsabilidade” permite que a responsabilidade pelo massacre seja atribuída ao grupo que se pretende aniquilar. O grupo dominante propaga, desse modo, uma espécie de causalidade mágica que permite inventar um grupo formado por “e/es” que representam todos os males sociais, não restando outra resposta senão destruí-los.<sup>125</sup>

Um segundo exemplo de método de neutralização é a “negação do dano” que consiste em esconder da população a abrangência das atrocidades causadas pelo massacre, assegurando que a população continue a apoiar o grupo hegemônico massacrador. O desenvolvimento e democratização dos meios de comunicação não

---

<sup>121</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 591.

<sup>122</sup> PAULUZE, Thaiza. Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é cinco vezes maior do que na população geral. GaúchaZH, Folhapress. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-cinco-vezes-maior-do-que-na-populacao-geral-ck9ty5cvh018j01qlq8bkjknj.html>> Publicado em: 05 mai. 2020. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>123</sup> SÁ; SÁ, *op. cit.*, p. 276.

<sup>124</sup> ZAFFARONI, 2013, p.112.

<sup>125</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 375-376.

são suficientes para impedir assassinatos em massa, em vista dos exemplos na Bósnia e em Ruanda. As técnicas neutralizadoras persistem.<sup>126</sup>

Nesse contexto, a mídia costuma naturalizar a morte como consequência necessária das ações dos detentos, revelando seu objetivo de higienização ou eliminação da escória social – representada pelo jovem periférico não branco – o que se aperfeiçoa por meio do sistema de justiça criminal.<sup>127</sup> Logo, para os meios de comunicação de massa, os motins e mortes dentro de prisões apenas remontam à selvageria do criminoso que pertence ao estereótipo da criminologia midiática.<sup>128</sup>

As chacinas da população encarcerada no Brasil não são tratadas pela narrativa dominante como um problema de segurança pública. Afinal, como explicou o Ministro da Justiça em 2017, “não há uma situação de insegurança pública [...], não extrapolou para fora”.<sup>129</sup> As pessoas vitimadas nas chacinas, bem como as responsabilizadas por sua ocorrência pertencem ao *e/les* que a classe hegemônica aniquila sem que a população se comova com as suas mortes<sup>130</sup>: as vítimas em 2017 (assim como em 2019) são, majoritariamente, homens negros ou pardos<sup>131</sup>, classificados como “estupradores”<sup>132</sup>, independentemente dos delitos pelos quais cumpriam pena.

Ainda que a disputa entre facções criminosas seja elemento central das chacinas de 2017 e 2019, é também relevante a resposta estatal em face das mortes ocorridas. Como explicou o Secretário Estadual de Segurança Pública do Amazonas, Sérgio Fontes, sobre a chacina do Compaj em janeiro de 2017: “Nós não perdemos o controle do sistema prisional. [...] O que aconteceu, aconteceu nos primeiros minutos de rebelião. Nós não teríamos, realmente, como evitar”<sup>133</sup>.

Mas será possível afirmar que o Estado brasileiro, de fato, faz tudo o que poderia em face das reiteradas chacinas em suas prisões?

---

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 379-380.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 311-312.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 316.

<sup>129</sup> ALVES; BESSA, *op. cit.*

<sup>130</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 98.

<sup>131</sup> SAMORANO; RODRIGUES; ALVES, *op. cit.*

<sup>132</sup> G1, 2019a.

<sup>133</sup> LIFSITCH, Andrezza. 'Estado não perdeu o controle das cadeias', diz secretário após massacre. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iusine>>. Publicado em: 03 jan. 2017. Acesso em: 18 jun. 2020.

Afinal, o sistema penitenciário está atrelado ao controle estatal e político que, por sua vez, pauta sua atuação no discurso de uma criminologia midiática punitivista e incentivadora de massacres, perfazendo, assim, um descompasso entre a fala do Secretário e a realidade do sistema de justiça criminal brasileiro.<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 333.

### 3. FACCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: UM BREVE HISTÓRICO

*Os responsáveis pela barbárie [...] deveriam ficar recolhidos  
para sempre em presídios federais*  
Sérgio Moro, ex-Ministro da Justiça e da Segurança Pública

O protagonismo de facções criminosas é elemento central que permite distinguir, ao menos em parte, os massacres descritos por Zaffaroni – apontados como consequência da ação direta de um grupo hegemônico – das chacinas no Compaj, na PAMC, no Alcaçuz, na Cadeia Vidal Pessoa e no Centro de Altamira, onde as organizações criminosas exercem uma espécie de poder periférico<sup>135</sup>, que não necessariamente as caracteriza como o grupo hegemônico de que tratou Zaffaroni.<sup>136</sup>

Desde já, elucida-se que o termo “faccionalização” foi um neologismo adotado pela pesquisadora Camila Nunes Dias em evento promovido pela Clínica de Acesso à Justiça e Educação nas Prisões no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 12 de setembro de 2019, ocasião na qual Dias palestrou acerca do processo de ampliação do controle do sistema prisional brasileiro por facções criminosas brasileiras, com destaque para o histórico do Primeiro Comando da Capital.

Feita essa ressalva, questiona-se: afinal, quem são as facções criminosas envolvidas nas chacinas de 2017 e 2019 e por que estão em embate?

Como já exposto, Primeiro Comando da Capital, Família do Norte e Sindicato do Crime foram as facções citadas pelas notícias publicadas em 2017 como centro das disputas que culminaram em tantas mortes no Amazonas, em Roraima e no Rio Grande do Norte. Já em julho de 2019, verificou-se que as facções reiteradas pelas notícias do G1 sobre a chacina no Pará foram o Comando Vermelho e o Comando Classe A.

De acordo com a premissa disposta pelos resultados da análise empírica, propõe-se traçar a relação entre essas organizações. Ainda, cumpre registrar que, neste capítulo, optou-se por dedicar maior atenção ao PCC, pois a facção paulista aparece como um dos maiores grupos organizados do Brasil<sup>137</sup>, garantindo posição

---

<sup>135</sup> MANSO, Bruno Paes; GODOY, Marcelo. 20 anos de PCC - o efeito colateral da política de segurança. **Interesse Nacional**, v. 1, p. 5-15, 2014, p. 8.

<sup>136</sup> ZAFFARONI, 2013, p.112.

<sup>137</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 569-570.

de destaque dentre as facções criminosas envolvidas nas chacinas de 2017 e de 2019.

### 3.1 ARTICULAÇÃO E EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

#### 3.1.1 Primeiro Comando da Capital

O Primeiro Comando da Capital se principiou no Anexo da Casa de Custódia em Taubaté em 31 de agosto de 1993, inicialmente, como um time de futebol. Dez meses antes havia ocorrido o massacre na Casa de Detenção do Carandiru, evento que motivou a união, assim explicitada no art. 13 do Estatuto do PCC<sup>138</sup>:

Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção [...], massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões.<sup>139</sup>

Assim, embora seja – em certa medida – controversa a afirmação da data de sua origem, pode-se admitir que o PCC surgiu nos anos 1990 transmitindo um discurso muito próprio e conectado com a revolta dos encarcerados diante do Massacre do Carandiru. Para a facção, a organização do crime seria essencial para lutar contra a opressão do Estado de modo que a verdadeira disputa não deveria transcorrer entre criminosos. A intenção era de que eles deveriam se unir com o fim de “sobreviver ao sistema”.<sup>140</sup>

Para que a união pretendida pelo PCC fosse possível, o grupo foi responsável por matar seus inimigos – prática que se observou desde sua origem, em cenas semelhantes às ocorridas em janeiro de 2017 e julho de 2019. Desse modo, a edificação do PCC em presídios paulistas permitiu que regras de convivência fossem

---

<sup>138</sup> MANSO, Bruno Paes. A Guerra: Como o PCC deflagrou uma crise nas prisões brasileiras ao tentar ganhar poder fora de São Paulo. **Revista Piauí**, Brasil, edição 125, p. 6-16, fev. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra/>>, p. 6-7.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

<sup>140</sup> DIAS; MANSO, *op. cit.*, p. 12.

ditadas pela organização, que determinou, por exemplo, o banimento do crack em presídios.<sup>141</sup>

Para ingressar no PCC, segue-se a tradição denominada “batismo” que se baseia na leitura do Estatuto da facção composto por dezoito artigos. O batismo é possibilitado pela indicação de um novo membro por três integrantes antigos da facção, chamados “padrinhos”. Como regra, todos os membros da facção – chamados de “irmãos” – devem pagar uma mensalidade que em 2017 somava 650 reais.<sup>142</sup>

Nessa conjuntura, evidencia-se que não só o descaso e violência estatais motivaram a ampla adesão ao PCC, como também a garantia de vantagens aos novos “batizados” desempenhou papel importante, proporcionando acesso a serviços de saúde privados e a advogados. Além disso, os privilégios de ser parte do PCC incluem um outro direito que o Estado falha em fornecer: o auxílio aos apenados recém libertos ou para aqueles que se encontram em liberdade por menos de 6 meses, conforme comunicado oficial da facção relatado por Bruno Paes Manso.<sup>143</sup>

A estrutura de poder do PCC se manifesta por meio das autointituladas “sintonias” que, por sua vez, estão inter-relacionadas em redes a nível estadual, nacional e internacional, formando o que Dias e Manso denominam “colegiados decisórios”. No topo, em São Paulo, estão a Sintonia Geral Final – como último órgão decisório que, segundo os autores, compara-se ao Supremo Tribunal Federal – e o Resumo Disciplinar. Os demais entes federativos são comandados pela Sintonia Geral dos Estados e Países e pelo Resumo Disciplinar dos Estados e Países.<sup>144</sup>

Há, ainda, uma divisão de atribuições pelos órgãos da facção: a contratação de advogados é de responsabilidade da Sintonia dos Gravatas; a distribuição de cestas básicas entre outras atividades de auxílio são atribuições da Sintonia da Ajuda; a anotação das filiações ao Partido do Crime (os batismos) e de punições é realizada pela Sintonia do Cadastro; a Sintonia do Progresso, responsável pela atividade financeira, é subdividida em Sintonia do Bob – comércio de maconha –, Sintonia do 100% – comércio de cocaína pura – e Sintonia dos FMs – responsável por bocas de fumo –; a arrecadação de mensalidade dos filiados que não estão presos é atribuição da Sintonia da Cebola; o levantamento de recursos por intermédio de rifas é tarefa

---

<sup>141</sup> MANSO, *op. cit.*, p. 7-8.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>144</sup> DIAS; MANSO, *op. cit.*, p. 14-15.

desempenhada pela Sintonia da Rifa; a Sintonia do Cigarro se encarrega do comércio de cigarros nas prisões; por fim, há a Sintonia do Jogo do Bicho, cujo nome é autoexplicativo.<sup>145</sup>

Por outro lado, a mudança na liderança do PCC foi determinante na definição da nova postura da facção durante as duas últimas décadas. Em 2002, Marcola passou a liderar a organização após vencer a disputa com os fundadores Cesinha e Geleirão. Com isso, passou a imperar a nova ordem organizacional com foco no comércio de drogas. “Foi nesse momento que a facção deixou em segundo plano a função de sindicato do crime e assumiu o papel de grande empreendedor criminal brasileiro”. A facção se reorganizou para atuar, sobretudo, no comércio atacado de drogas, distribuindo o produto para os traficantes da “ponta” (os varejistas) que vendiam a droga ao consumidor final – esses traficantes não deveriam ser necessariamente filiados ao PCC, sendo denominados “primos” ou “companheiros”, como simpatizantes do grupo que não haviam sido batizados.<sup>146</sup>

Assim, Manso e Godoy descrevem a atuação do Partido do Crime:

A partir do aprimoramento do papel de agência reguladora do crime, exercido pela facção, a economia ilegal paulista vem prosperando sem a ocorrência de grandes conflitos que desencadeiem guerras no submundo criminal. Em 2012, ocorreram 237 mil roubos no Estado de São Paulo e 195 mil roubos e furtos de carros. Trata-se de uma produtividade e tanto. Somados, representam 50 casos por hora. São crimes que não podem ser vistos de forma isolada. Por trás de cada automóvel levado, há uma ampla rede de contatos, como receptadores, funcionários para esquentar documentos, desmanches que separam e desovam as peças no mercado, entre outros. O mesmo ocorre com o incomensurável mercado de drogas paulista. Em 2012, foram 41 mil flagrantes por tráfico. O comerciante de drogas no varejo precisa se relacionar com atacadistas de diferentes portes, lidar com as polícias, sem falar na promoção de festas, vistas, atualmente, como uma forma de movimentar o mercado. Há, ainda, a negociação das armas de fogo, que também faz parte dessa rede intrincada de negócios ilegais. O PCC é um importante atacadista, mas a droga pode ser comprada de outros fornecedores, conforme mostram as escutas do MPE.<sup>147</sup>

Nesse sentido, diz-se, ainda, que a organização foi responsável por reduzir a taxa de homicídios no estado de São Paulo nas últimas décadas, após registrar a grande letalidade de jovens periféricos nos anos 1990, atribuída ao autoextermínio. Isso porque desde a fundação do PCC, seus ideais passaram a ressoar entre os criminosos, uma vez que o grupo pregava a união do crime e a oposição à violência

---

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

<sup>146</sup> MANSO, *op. cit.*, p. 10.

<sup>147</sup> MANSO; GODOY, *op. cit.*, p. 7.



estatal e, desse modo, assassinatos foram submetidos às regras da facção, uma espécie de “burocracia do crime”. O estudo da organização do PCC permite compreender que o grupo implementou uma forma de tribunal hierarquizado em que os chamados “disciplinas” trabalham como mediadores de conflitos em locais onde a facção está presente, respondendo por sua vez às “disciplinas gerais”. Nessa ordem, os assassinatos não autorizados pela facção são punidos com a morte daquele que infringisse as regras do PCC.<sup>148</sup>

A esse respeito, contudo, cumpre ressaltar que a pacificação do estado de São Paulo – onde reside cerca de um terço da população encarcerada do país – apenas é reconhecida em razão da inexistência de facções opositoras ao PCC na região, bem como da consolidação da liderança da facção paulista ao lado da indiferença estatal, conforme pontuou Camila Nunes Dias.<sup>149</sup> Por estas razões também, relatou-se o banimento de armas brancas em prisões paulistas entre 2008 e 2009 – “se é tudo PCC, se o preso não está pensando em tomar uma atitude por conta própria, isolada, e se não está pensando em trair a facção, não tem por que ter faca”.<sup>150</sup>

Para Bruno Paes Manso, a expansão do sistema penal brasileiro, tanto em número de estabelecimentos prisionais quanto em número de pessoas privadas de liberdade, teve como consequência mais aguda a consolidação do poder da facção paulista fundada em agosto de 1993.<sup>151</sup>

À época da criação do PCC, 1993, em São Paulo havia 36 estabelecimentos prisionais com cerca de 32 mil apenados, ao passo que em 2017 contavam-se 168 unidades no estado e mais de 220 mil pessoas privadas de liberdade.<sup>152</sup> Com o passar do tempo, as regras pregadas pelo PCC garantiram à organização criminosa o espaço de ordem paraestatal, legitimada em espaços onde o Estado se faz pouco presente.<sup>153</sup>

---

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 6-9.

<sup>149</sup> DIAS, Camila Nunes. Encarceramento em massa e a prisão como *locus* de organização da criminalidade. In: Maria Luiza Galle Lopedote; Daniela Sevegnani Mayorca; Dario de Negreiros; Marcela de Andrade Gomes. (Org.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** 1ª ed. São Paulo: Elefante, v. 1, p. 226-242, 2019, p. 227, 240.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 237.

<sup>151</sup> MANSO, *op. cit.*, p. 9.

<sup>152</sup> DIAS; MANSO, 2017, p. 15.

<sup>153</sup> MANSO; GODOY, *op. cit.*, p. 8.

### 3.1.2 Comando Vermelho

O desenvolvimento de facções no Rio de Janeiro ocorreu de maneira diversa da registrada pela facção paulista. O Comando Vermelho, especificamente, é anterior ao PCC, e desde os anos 1980 se destacava no tráfico de drogas, conforme descreveram Manso e Godoy:<sup>154</sup>

Apesar de ter nascido também com a proposta de lidar com a desordem nas prisões, o CV cresce voltado fundamentalmente para o lucro no comércio de drogas. Entre os anos de 1983 e 1986, iniciou sua ofensiva para dominar as bocas de fumo tradicionais nos morros do Rio de Janeiro. Em 1985, estudos estimam que o CV já comandava 70% de todos os pontos de venda. A organização buscou assumir o monopólio no varejo para poder negociar em boa posição com os atacadistas internacionais.

A facção, assim, estabeleceu o formato do negócio altamente hierarquizado, dominando o cotidiano dos territórios, com estruturas que chegavam a até 500 homens em um morro. O objetivo era aumentar os lucros e ampliar os mercados. Não se buscava organizar um cenário conflagrado, como em São Paulo. Líder do Comando Vermelho, Fernandinho Beira-Mar foi, na década de 1990, o maior atacadista brasileiro de drogas, com contatos no Paraguai, na Bolívia e na Colômbia. Segundo relatórios da inteligência da Polícia do Rio de Janeiro no período, movimentava US\$ 240 milhões por ano e tinha faturamento líquido de US\$ 44 milhões. Quatro vezes mais do que as estimativas atuais sobre o PCC.<sup>155</sup>

Fundado ao final da década de 1970, o CV é reconhecidamente o mais antigo grupo organizado dentre os ativos atualmente.<sup>156</sup> Na década de 1990, foram observadas disputas internas dentre os líderes da facção carioca, ocasionando a sua subdivisão em novos grupos, dentre eles o Terceiro Comando e o Amigos dos Amigos. As novas facções criaram a concorrência no mercado de drogas e, conseqüentemente, verificou-se o enfraquecimento desses grupos criminosos – incluindo o CV –, principalmente a partir de 2010, quando houve a ocupação do Complexo do Alemão.<sup>157</sup>

### 3.1.3 Família do Norte

O nascimento da Família do Norte é traçado desde 2006 quando um grupo de três traficantes se reuniu no presídio federal de Catanduvas, objetivando articular o

---

<sup>154</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>155</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>156</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 23.

<sup>157</sup> MANSO; GODOY, *op. cit.*, p. 8.

comércio de drogas a partir da entrada por fronteiras com a Colômbia, através do Rio Solimões. O modelo da FDN se inspirou na estrutura do PCC, organizando o pagamento de mensalidades e enviando “salves” (nome atribuído aos comunicados internos do PCC). Segundo Dias e Manso, os membros da FDN reproduzem até mesmo gírias próprias da facção paulista.<sup>158</sup>

Em 2010, a FDN já articulava o comércio de drogas em estados das regiões Norte e Nordeste do país e, em razão disso, reagiu com violência quando em 2015 se viu o batismo de novos membros do PCC nesses locais. A ordem da facção nortenha foi de execução para aqueles que se filiassem ao PCC. À época, a FDN cerceou o avanço do PCC, ao passo que somava 13 mil filiados para si.<sup>159</sup>

#### 3.1.4 Sindicato do Crime

No Rio Grande do Norte, originou-se o Sindicato do Crime ou Sindicato RN em 2013. A organização foi criada em oposição ao espraiamento do PCC em Natal, aliando-se à FDN desde 2015. O Sindicato recebeu maior atenção midiática quando arquitetou ataques nas ruas de 38 cidades em 2016, como reação à instalação de interceptadores de sinais telefônicos nos presídios do estado potiguar.<sup>160</sup>

Em 2017, a organização criminosa controlava 28 das 32 penitenciárias do Rio Grande do Norte.<sup>161</sup>

#### 3.1.5 Comando Classe A

O Comando Classe A é a mais jovem das facções criminosas atreladas às chacinas de 2017 e 2019. Conforme explicitou Roberto Magno Reis Netto, em entrevista concedida ao G1, o CCA surgiu em Altamira, no Pará, pouco tempo antes da chacina de julho de 2019, já filiado ao PCC.<sup>162</sup>

Destarte, Reis Netto encontra a razão do crescimento da criminalidade em Altamira na movimentação econômica e populacional que foi fomentada pela

---

<sup>158</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 37-38.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 37-38.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>162</sup> SOUZA; MACHADO, *op. cit.*.

construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Ainda, a existência de rios na região favoreceria a circulação e o escoamento do comércio de drogas.<sup>163</sup>

Os massacres funcionam como estratégia dos grupos criminosos, explica Reis Netto. "Quando a facção está se expandindo, como essa de Altamira, ela costuma usar as mortes em presídios para eliminar momentaneamente líderes rivais, mas também de forma simbólica, para mostrar força para os rivais", disse. A região Norte é dividida por várias siglas, mais fortemente entre Família do Norte, Comando Vermelho e PCC, embora esse último tenha perdido força nos últimos anos. Elas disputam as vendas de drogas nas cidades, mas também uma rota de tráfico que vem da Colômbia, Peru e Bolívia.<sup>164</sup>

Logo, denota-se que cada uma das facções citadas nas notícias pertence a uma intrincada teia de alianças e disputas, com o tráfico de drogas figurando no pano de fundo.

### 3.2 CHACINAS NAS PRISÕES EM 2017 E 2019: AS DISPUTAS ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS

As rebeliões são marca do sistema de justiça criminal brasileiro, antecedendo a instalação das facções criminosas dentro dos estabelecimentos carcerários. Entretanto, após o espraçamento dos grupos organizados dentro do sistema penitenciário, as rebeliões se transformaram. A partir da rebelião de 2001, as facções passaram a desempenhar papel ativo para que a revolta fosse centrada numa disputa de poder com as autoridades públicas.<sup>165</sup>

Nesse íterim, verificou-se que o aparelho celular foi o catalisador da articulação do PCC para fora do ambiente prisional e sua utilização já pode ser observada no momento da megarebelião de 2001. Na época, as principais lideranças da organização criminosa paulista cumpriam pena no Paraná e, ainda assim, foram capazes de autorizar sublevações em múltiplos estabelecimentos carcerários.<sup>166</sup>

Foram 29 unidades prisionais que "viraram" simultaneamente num domingo de fevereiro. Foi a primeira megarebelião do Brasil, algo nunca antes visto. Foram exibidas faixas com o lema da facção, com o símbolo 15-3-3, e com a demanda principal que era a desativação do Anexo da Casa de Detenção. É um marco importante: neste momento, o PCC passa a ser publicamente

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

<sup>165</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 575-577.

<sup>166</sup> MANSO, *op. cit.*, p. 9.

reconhecido. Até então, embora a Pastoral Carcerária e várias entidades já viessem apontando para a organização da facção, para cartas de presos denunciando opressão e pedindo ajuda e alguns jornais já tivessem falado sobre o assunto, o governo se recusava a reconhecer sua existência e insistia em dizer que era “invenção”, ou que o grupo não existia. Apenas em 2001 é que o PCC passa a ser amplamente conhecido fora das prisões.<sup>167</sup>

Nas megarrebeliões de 2006, o PCC cresceu diante da imprensa, ocupando posição hegemônica no sistema penitenciário.<sup>168</sup> Desse modo, verificou-se que as rebeliões se tornaram ferramentas importantes que catalisaram o crescimento da organização paulista, uma vez que a resposta das autoridades era a transferência de lideranças para novos presídios, onde se via a oportunidade de ensinar a um novo “público” os ideais do PCC.<sup>169</sup>

Como solução estatal às rebeliões de 2006, criaram-se os presídios federais. “Nas unidades prisionais federais, há uma pessoa de cada estado. Quando é que líderes de grupos do Brasil inteiro teriam a possibilidade de se reunir em um mesmo local? [...] Só as federais propiciaram isso”.<sup>170</sup> A criação de presídios federais desempenhou papel fundamental para a articulação de diferentes facções<sup>171</sup>, com destaque para o alinhamento entre Família do Norte (AM), Sindicato do Crime (RN), Primeiro Grupo Catarinense (SC) e Comando Vermelho (RJ) em oposição ao PCC, contrariando o objetivo original que pretendia o isolamento de apenados mais perigosos<sup>172</sup> com a criação de penitenciárias inspiradas no modelo norte americano de segurança máxima<sup>173</sup>.

Nada obstante a problemática do sistema penitenciário federal – chamado de “comitê central das facções”<sup>174</sup> –, a transferência de apenados para esses estabelecimentos carcerários ainda foi apontada como resposta para as chacinas nas notícias analisadas, tanto em 2017 quanto em 2019. A transferência de presos para

<sup>167</sup> DIAS, *op. cit.*, p. 234-235.

<sup>168</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 577-578.

<sup>169</sup> MANSO; GODOY, *op. cit.*, p. 6.

<sup>170</sup> DIAS, *op. cit.*, p. 240-241.

<sup>171</sup> As penitenciárias federais – enquanto *locus* que propiciou a articulação das facções – podem ser comparadas às grandes indústrias que permitiram a reunião dos proletários. Assim como a burguesia, o Estado produziu “seus próprios coveiros”, ao criar um espaço único para o encontro de líderes das organizações criminosas. Conforme: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 31.

<sup>172</sup> DIAS; MANSO, 2017, p. 22-24.

<sup>173</sup> DIAS, Camila Nunes. **Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, junho de 2017 (Análise), p. 25.

<sup>174</sup> DIAS, 2019, p. 240-241.

penitenciárias federais após os massacres de 2017 foi título de 2 das 38 matérias analisadas<sup>175</sup> e objeto de mais 3 dentre as 24 notícias selecionadas de julho de 2019<sup>176</sup>.

A partir de 2013, típicas rebeliões que antes reivindicavam melhores condições para a população carcerária foram substituídas por massacres originados por disputas entre facções criminosas, almejando o controle dos presídios no Nordeste brasileiro. No Complexo Penitenciário de Pedrinhas (MA), por exemplo, foram registradas 62 mortes dos apenados em dezembro de 2013, em razão do conflito interno entre organizações criminosas.<sup>177</sup>

Mesmo ante as dezenas de mortes ocorridas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, as autoridades públicas do estado do Maranhão não adotaram medidas relevantes, deixando que empregar verbas públicas especialmente destinadas para a questão penitenciária e ignorando o requerimento de intervenção federal no estado.<sup>178</sup>

A rebelião de 2013 em Pedrinhas foi atribuída à disputa pelo controle prisional entre o Primeiro Comando do Maranhão e o Bonde dos 40 – facções opositoras –, além disso, a imprensa também informou a presença de membros do PCC na penitenciária maranhense.<sup>179</sup>

Na esteira do exemplo de 2013, a disputa entre facções ensejou novos incidentes no sistema prisional brasileiro das regiões Norte e Nordeste em 2017. O Complexo Penitenciário Anísio Jobim (AM) e o Presídio do Alcaçuz (RN) foram palco de violências sem precedentes (esquartejamentos, dilacerações, etc.). Nessas ocasiões, o PCC se opunha à Família do Norte e, mais uma vez, em contraste com

<sup>175</sup> G1. Chefes de massacre em presídio no AM embarcam para presídios federais. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2jDFyHp>>. Publicado em: 11 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020. ALVES; BESSA, *op. cit.*.

<sup>176</sup> G1. Detentos envolvidos no massacre em presídio de Altamira chegam a Belém. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/detentos-envolvidos-no-massacre-em-presidio-de-altamira-chegam-a-belem.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 19 jun. 2020.

G1. Ministério da Justiça abre vagas em presídios federais para envolvidos em massacre no Pará. G1 Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/ministerio-da-justica-abre-vagas-em-presidios-federais-para-envolvidos-em-massacre-no-para.ghtml>>. Publicado em: 29 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

G1. Massacre do Pará: Presos envolvidos em confronto começam a ser transferidos de Altamira. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/presos-envolvidos-no-massacre-em-presidio-de-altamira-comecam-a-ser-transferidos.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>177</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 577-578.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 578.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 578-579.

as rebeliões recorrentes em décadas anteriores, não mais havia a presença de reivindicações. Agora, as facções disputavam o comércio de drogas.<sup>180</sup>

Nos preceitos fundantes do Primeiro Comando da Capital reside a controvérsia da sua atuação nos massacres de 2013 e 2017, isto é, ao passo que a organização se balizou na oposição à violência institucional, passou a se valer, simultaneamente, de formas ainda mais selvagens de violência com o fim de garantir sua hegemonia no sistema penitenciário – não só como resistência à atuação do Estado como também se contrapondo às demais facções criadas à sua semelhança.<sup>181</sup> “As cenas divulgadas pelos próprios detentos dão conta de práticas terrificantes, cruéis e até mesmo canibais em que o outro não é poupado e sim usado como objeto de demonstração de poder”.<sup>182</sup>

Como já exposto, o nascimento do PCC se fez quase duas décadas depois do Comando Vermelho, inspirado no mote da facção carioca: “Paz, Justiça e Liberdade”. Em seu estatuto originário, a organização paulista já pretendia a coligação com o CV a qual se desfez cerca de 15 anos mais tarde através do “Salve” (comunicado interno do PCC) de junho de 2016.<sup>183</sup>

Sobre a rixa entre PCC e Comando Vermelho, Dias e Manso narram que a atmosfera de tensão já se manifestava desde junho de 2016 quando o “Salve” anunciou o rompimento com o CV. No entanto, apenas em janeiro de 2017, a situação atingiu grau máximo com rebeliões que deixaram mais de 160 mortos.<sup>184</sup>

Com efeito, a briga entre as duas facções criou a classe dos “presos encurralados”, que seriam os presos de uma das facções em estabelecimento carcerário dominado majoritariamente pela adversária.<sup>185</sup>

O rompimento com o CV não se deu para o fim de iniciar uma Guerra. Segundo afirmações de um importante membro da Sintonia dos Estados e Países, a pretensão não seria rivalizar com as demais facções, mas expandir a atividade do PCC a nível nacional. Entretanto, a facção reconhecia a possibilidade de um “choque de ideias”.<sup>186</sup>

---

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 579-580.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 581-582.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 580

<sup>183</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 23.

<sup>184</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

Em contrapartida, iniciou-se a articulação do Comando Vermelho que não pretendia “sucumbir ao poder do PCC”. O alinhamento de grupos menores se ajustou com o intuito de impedir a dominação absoluta pela facção paulista. O Comando Vermelho se aliou ao Primeiro Grupo Catarinense, ao Sindicato do Crime e à Família do Norte. Sobre isso expôs um entrevistado dos pesquisadores Camila Nunes Dias e Bruno Paes Manso:<sup>187</sup>

Estados do Nordeste e Centro-Oeste estão se armando para ir contra o PCC, com a ajuda de grupos de países da fronteira. O PCC estava se infiltrando em vários Estados e queria dar um golpe nos outros grupos brasileiros. Daí o CV fez esse xadrez, se aliando com grupos menores.<sup>188</sup>

Nas regiões Norte e Nordeste, a expansão do PCC foi observada pela migração de seus integrantes foragidos. Em 2017, o PCC já era notado nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, sendo favorecido pelo encarceramento em massa ocorrido entre 2005 e 2014 em todas as unidades da federação.<sup>189</sup> Como efeito dos objetivos expansionistas do PCC em outros estados brasileiros, observou-se a formação de novas facções aliadas ou opositoras da organização paulista. O cenário do crime nos demais estados era muito distinto do cenário paulista. Ao invés de contribuir para a diminuição dos homicídios como houve em São Paulo, a chegada do PCC fomentou a cena criminal: a facção trouxe novas armas e drogas em quantidades que não haviam antes nessas regiões.<sup>190</sup>

Outrossim, a liderança do PCC não foi submetida à política penal que se aplicou às lideranças de outras facções – encarceradas em presídios federais –, diante desse cenário, foi favorecido o contato entre o CV e organizações regionais ao se encontrarem nas prisões federais. A autonomia dos grupos se manteve, mas Família do Norte, Comando Vermelho e Primeiro Grupo Catarinense se tornaram um mesmo *front* de oposição ao Partido do Crime. À essa aliança, uniram-se ainda o Sindicato do Crime (RN), Bonde dos 40 (MA), e Okaida (PB). De outro lado, junto ao PCC alinharam-se os Guardiões do Estado (CE), Bonde dos 13 (AC), Bonde dos 30 (PA), Estados Unidos (PB) e Amigos dos Amigos (RJ).<sup>191</sup>

---

<sup>187</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 16-18.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 16-18.

<sup>189</sup> DIAS; MANSO, 2017, p. 20-21.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>191</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 22.



A primeira das rebeliões que sucedeu após a ruptura entre PCC e CV ocorreu em outubro de 2016 na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, onde o descaso estatal deixou uma população cerca de duas vezes maior que o máximo suportado pela estrutura do presídio. A presença de ambos os grupos em Roraima fez com que o PCC iniciasse a ação para o fim de eliminar o rival. Dez pessoas foram assassinadas: decapitadas e seus corpos arremessados junto a colchões em chamas, o que se tornou procedimento comum nos massacres que se seguiram. Um segundo incidente ocorreu no mesmo ano, de iniciativa do CV, no Presídio Ênio Pinheiro, em Rondônia, culminando na morte de oito presos. Nessa época, o embate entre as facções criminosas nos presídios do Norte era ignorado pela grande imprensa de modo que alguns ainda entendiam os acontecimentos como problemas isolados. Dias e Manso, porém, apontam que a situação já era calamitosa.<sup>192</sup>

Após as primeiras mortes advindas da rixa entre PCC e CV, manteve-se o silêncio das autoridades e da grande mídia. “Os massacres prosseguiram seu movimento inercial, como uma imensa fileira de dominós. Restava aos próprios presos dirimir os estragos ou interromper a sequência de quedas”. Por isso, na tentativa de amenizar a situação, o PCC divulgou que seus membros que estavam em prisões como minoria – os encurralados – deveriam buscar transferência para outro estabelecimento carcerário e, caso não conseguissem, deveriam “rasgar a camisa da facção”, isto é, deveriam sair do grupo.<sup>193</sup> Assim, reproduz-se trecho do “Salve” emitido pelo Resumo disciplinar dos Estados e Países em novembro de 2016:

[...] E se estiverem em unidades que são favoráveis a nos e tenha CV ou qualquer outra facção rival é pra colocar pra fora e se o mesmo se negar a sair é pra quebrar na madeira e se persistir infelizmente lhe custará a vida, o nosso objetivo é limpar nosso meio ou sair de unidades desfavoráveis, pois não tem mais lógica conviver com quem não quer convívio com nos. O Primeiro Comando da Capital nunca buscou guerra mais fomos desafiados a ponto de chegar a esse extremo. Estamos buscando preservar a vida de todos nossos irmãos e se precisar de qualquer apoio para sair que busque a sintonia do seu estado e se não tiver apoio busque a hierarquia acima mais deixamos claro que não vamos mais admitir que nossos irmão vivam em meio a constrangimento. Aquele que deixar de cumprir essa Determinação será passivo de Punição e sua atitude será analisada pela sintonia. No mais fica aqui o nosso leal e sincero abraço e deixamos claro que estamos juntos de verdade. Ass. Resumo disciplinar dos Estados e Países.<sup>194</sup>

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 26-29.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

O maior massacre até então ocorreu no dia 1º de janeiro de 2017 com início às 16h, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus. 56 mortos foram contabilizados na unidade penitenciária onde o PCC era minoria. De acordo com Dias e Manso, houveram denúncias que precederam a chacina, alertando unidades a respeito da entrada de armas e celulares financiada pela Família do Norte, que pagava diretores da prisão. Os celulares registraram as mortes em vídeos que circularam por múltiplos meios de comunicação. Em um vídeo descrito pelos autores, o enquadramento registra corpos sem vida com as cabeças decepadas, por volta das 18h10. Em outra filmagem, o portador do celular aponta as cabeças e pronuncia os nomes das vítimas, concluindo “Tudo PCC!”. Ainda, em mais uma das cenas gravadas, expõe-se a bandeira que simboliza a aliança entre a FDN e o CV, cuja sigla consta CVRL, referindo-se a um dos criadores da facção, Rogério Lemgruber.<sup>195</sup>

No dia 02 de janeiro de 2017, registrou-se mais quatro mortos em Manaus, na Unidade Prisional de Puraquequara e seis dias mais tarde, na Cadeia Raimundo Vidal Pessoa, outros quatro presos foram mortos, perfazendo um total de 67 vítimas na primeira semana de 2017.<sup>196</sup> Foi o grande massacre no Compaj que trouxe atenção da mídia – que até então ignorava as disputas já presentes no Norte – para a guerra das facções.<sup>197</sup>

Como resposta do PCC à organização amazonense, um novo massacre ocorreu na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (RR), no dia 6 de janeiro com 33 mortos. Dessa vez, diferentemente da chacina de outubro de 2016, o massacre em Roraima foi amplamente noticiado.<sup>198</sup> De acordo com Dias e Manso:

Mais do que uma vingança contra a FDN a reação parecia uma tentativa do PCC de Roraima de expressar uma disposição para guerra, numa disputa para ver quem produzia ações mais grotescas [...]. Salves do PCC foram repassados afirmando que só havia mortos ligados à FDN. Mas, segundo o governo de Roraima, não havia filiados da facção no presídio e as mortes foram de criminosos comuns – estupradores e demais discriminados pelos presos.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 34-35.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 35-36.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 38.

No dia 14 de janeiro, ocorreu a chacina na Penitenciária de Alcaçuz onde foram mortos 26 apenados. Em Alcaçuz, a facção mais destacada era o Sindicato do Crime, aliada à FDN desde 2015. Na penitenciária onde ocorreu o massacre, o PCC era minoria, presente em somente um dos cinco pavilhões. Não houve previsão pelas autoridades de que um massacre poderia ocorrer, mas na época também não se realizava um controle da circulação dos apenados pelo presídio.<sup>200</sup>

A estrutura arquitetônica de Alcaçuz denunciava a desordem. O projeto adveio do trabalho de conclusão de curso de estudantes de arquitetura para um estabelecimento modelo, com locais para tratamento de saúde e para trabalho e estudo, além de contar com pisos reforçados e capacidade para 600 presos. O projeto não se aperfeiçoou como pretendido inicialmente e 1.150 apenados estavam reclusos na prisão na data da chacina.<sup>201</sup>

Na ocasião do massacre em Alcaçuz, a iniciativa foi dos membros do PCC que, embora estivessem em menor número, decidiram quebrar o muro entre os pavilhões 4 e 5 e atacaram utilizando-se de facas improvisadas.<sup>202</sup>

Dias e Manso explicam que muitos jovens foram assassinados fora da prisão, em razão da guerra entre as facções criminosas, o que, inclusive, foi documentado em vídeos gravados por celulares, de modo semelhante aos enquadramentos que os apenados fizeram durante os massacres nas prisões. “Os homicídios continuam em escalada, principalmente nos bairros pobres do Norte e do Nordeste. Mas esses conflitos deixaram de ser assunto nos jornais.” – assim narraram os desdobramentos da “Guerra”, no livro que foi publicado em 2018.<sup>203</sup>

Ao final, as rebeliões de janeiro de 2017 no Norte e Nordeste do Brasil causaram 160 mortos nas penitenciárias que foram palco da disputa pelo mercado de drogas entre facções regionais. Assim, as chacinas de 2017 são representativas enquanto uma de muitas consequências da nova forma de articulação do crime que se iniciou nos anos 2000.<sup>204</sup>

Dois anos mais tarde, em 29 de julho de 2019, o massacre no Pará foi noticiado. De acordo com publicação do G1, as mortes foram causadas por líderes do

---

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 43-44.

<sup>204</sup> DIAS; MANSO, 2017, p. 11.

Comando Classe A – aliado ao PCC – que incendiaram uma cela onde se encontravam membros do CV no Centro de Recuperação Regional de Altamira.<sup>205</sup> À época, o estabelecimento carcerário do Pará comportava 210,42% de sua lotação. Como resultado da chacina, 62 pessoas foram mortas<sup>206</sup>, dentre elas, 16 foram decapitadas e outras foram sufocadas pela fumaça advinda do incêndio.<sup>207</sup>

Camila Nunes Dias aponta a problemática na construção de mais prisões em descompasso com os altos níveis de encarceramento, observada a conjuntura emblemática do estado de São Paulo. Nesse passo, nota-se que não há como suprir a demanda por vagas. Simultaneamente, a construção de novos estabelecimentos carcerários não é acompanhada da contratação de funcionários: em 2008 havia um agente carcerário para 5 presos, em 2014 o número passou para um agente carcerário a cada 14 presos. Na realidade, porém, afigura-se um número ainda menor, porque o índice oficial não contabiliza funcionários afastados, de férias ou os plantões de trabalho – já que os agentes se revezam no cumprimento de suas funções. Desse modo, elucida-se que, na prática, é possível encontrar penitenciárias em que um só agente é responsável por cerca de 250 presos.<sup>208</sup>

Com efeito, vê-se que o Estado se isenta da administração carcerária e abre espaço para o controle das facções. Para Dias, essa situação ilustra não só a incapacidade estatal para evitar as chacinas em presídios, como também a negligência de autoridades públicas para com a situação dos ambientes carcerários, que favorece a ocorrência de massacres, uma vez que nas prisões não há fornecimento adequado de alimentos, itens de higiene, bem como inexitem vagas suficientes para trabalho e estudo.<sup>209</sup>

A existência de facções criminosas e a sua força no sistema carcerário brasileiro advém, portanto, das políticas de encarceramento em massa – as quais, como já se expôs, tecem estrita relação com os preceitos da criminologia midiática. A precarização da situação nas penitenciárias tem como principal sintoma o fortalecimento de grupos como o PCC, o CV, a FDN e outros aqui citados

---

<sup>205</sup> G1, 2019a.

<sup>206</sup> MPF. MPF recebe Relatores Nacionais de Direitos Humanos em missão em Altamira (PA). Ministério Público Federal, Pará. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recebe-relatores-nacionais-de-direitos-humanos-em-missao-em-altamira-pa>>. Publicado em: 17 out. 2019. Acesso em: 25 jul. 2020.

<sup>207</sup> SOUZA; MACHADO, *op. cit.*.

<sup>208</sup> DIAS, 2019, p. 227-228.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p. 228.

anteriormente, de modo que as facções criminosas não se confundem com a origem do problema carcerário. Logo, reconhece-se que, embora as facções constituam parte da problemática, a prisão compõe o cerne da discussão no que tange à falência do sistema de justiça criminal brasileiro.<sup>210</sup>

A interrupção do processo de acumulação da violência deveria ser o objetivo mais urgente do poder público por meio de um necessário projeto de desencarceramento. Todavia, interromper o avançado processo de faccionalização não é tarefa simples.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>211</sup> DIAS; MANSO, 2017, p. 25-26.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Esse foi mais um capítulo da guerra silenciosa e impiedosa do narcotráfico*  
Sérgio Fontes, ex-Secretário Estadual de Segurança Pública do Amazonas

O objetivo primeiro do presente trabalho foi a análise da narrativa midiática adotada para noticiar as chacinas que ocorreram nos estabelecimentos carcerários do Norte e Nordeste do país em janeiro de 2017 e julho de 2019.

Em vista de tal premissa é que se fez necessário o estudo da criminologia midiática, observando-se, assim, a responsabilidade da imprensa brasileira – articulada por uma trama constituída por alguns grupos familiares<sup>212</sup> – na arquitetura de preceitos acerca da questão criminal que, a um só tempo, simplificam as matérias atinentes ao poder punitivo e produzem um público conivente com a existência de um sistema penal conservador da hierarquia social.<sup>213</sup>

A mídia sustenta, por conseguinte, uma miríade de crenças criminológicas, de acordo com as quais a pena e, consecutivamente, a prisão ocupam posição central no exercício do poder punitivo<sup>214</sup>, com o fim de apartar da sociedade aqueles que se encaixam no estereótipo de criminoso selvagem.<sup>215</sup>

Nesse cenário, verifica-se uma estrita correspondência entre cárcere e racismo, uma vez que as prisões são instrumentos utilizados para perpetuação de uma hierarquia racial fundada com a escravidão.<sup>216</sup> Assim, o sistema de justiça criminal brasileiro revela seu rigor na punição majoritariamente voltada à população negra.<sup>217</sup>

O discurso da criminologia midiática é, então, atrelado a uma cultura punitivista que incentiva a ocorrência de massacres.<sup>218</sup>

De outra parte, o problema de pesquisa proposto exigiu uma breve incursão pelo histórico das facções criminosas no sistema carcerário brasileiro e, ainda, pela sequência de rebeliões e chacinas que marcaram o espaço das prisões durante os últimos 28 anos.<sup>219</sup>

---

<sup>212</sup> CARDOSO, 2011, p. 17-22.

<sup>213</sup> ZAFFARONI, 2013, p. 96-98.

<sup>214</sup> BATISTA, 2002, p. 273.

<sup>215</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 316.

<sup>216</sup> DAVIS, 2019, p. 27.

<sup>217</sup> BORGES, 2019, p. 68-70.

<sup>218</sup> ZAFFARONI, 2012, p. 333.

<sup>219</sup> SÁ, *op. cit.*, p. 575-578.

O Primeiro Comando da Capital emerge como uma das maiores facções criminosas brasileiras<sup>220</sup>, na década de 1990, pregando a união entre o crime em oposição à injustiça estatal. Mais tarde, com a liderança de Marcola, a facção paulista adota uma nova estrutura organizacional na qual o tráfico de drogas figura como prioridade.<sup>221</sup>

A ruptura do PCC com a facção carioca Comando Vermelho, em 2016, foi o ponto de partida para a articulação de alianças entre essas organizações criminosas e as demais protagonistas das chacinas de 2017 e 2019: Família do Norte, Sindicato RN e Comando Classe A.<sup>222</sup>

Foram esses alicerces teóricos que permitiram a apreensão das notícias coletadas para análise no portal de notícias G1. Os dados empíricos ilustram algumas conclusões: (i) o ambiente prisional foi reiteradamente retratado nas fotografias que acompanhavam as notícias; (ii) as categorias “presos”, “massacre” e “presídio” se destacaram como as utilizadas por mais vezes no texto das 62 matérias analisadas; (iii) as falas de autoridades do poder executivo foram, com frequência, citadas nas matérias sobre as chacinas e, em contrapartida, as falas de juristas e de pesquisadores não estiveram tão presentes, quase equiparando-se às citações de autoridades policiais; (iv) as opiniões de familiares dos apenados foram trazidas por apenas dois links e, em um outro, houve a menção à fala de um egresso do sistema prisional que havia testemunhado a chacina em Monte Cristo; (v) nenhuma das matérias entrevistou advogados das vítimas do massacre; (vi) cerca de  $\frac{3}{4}$  das notícias coletadas fizeram alusão às facções criminosas.

Com efeito, impossível subsistir qualquer pretensão, no espaço deste trabalho, de expor qual o efetivo impacto exercido pela proposta midiática sobre as chacinas nas prisões no imaginário construído pela criminologia midiática.

Todavia, essa pequena amostra coletada por meio da pesquisa empírica fica registrada ao lado de marcos teóricos que podem subsidiar o estudo da intrincada relação entre mídia e direito penal em face das peculiaridades do sistema prisional brasileiro.

Ao fim e ao cabo, resiste a problemática de uma prática punitiva que deixa de operar diante de algumas de suas vítimas: a morte dos apenados, em especial, parece

---

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 569-570.

<sup>221</sup> MANSO, *op. cit.*, p. 6-10.

<sup>222</sup> DIAS; MANSO, 2018, p. 16-18.

não ser suficiente para mobilizar a “máquina judicial”. Desse modo, o sistema de justiça criminal se autojustifica em sua falência, por meio de políticas de encarceramento em massa que propiciam a conjuntura caótica necessária à eclosão de novas chacinas nas prisões.<sup>223</sup>

---

<sup>223</sup> SÁ; SÁ, *op. cit.*, p. 293.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXA. The Web Information Company. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

ALVES, Jamile; BESSA, Indiara. Ministro da Justiça diz que líderes de massacre vão para presídios federais. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2hLxB2B>>. Publicado em 03 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020.

AMARAL, Luciana. Após chamar massacre de acidente, Temer fala em 'pavorosa matança'. G1, Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-diz-que-faccoes-criminosas-tem-regras-fora-do-estado-e-preocupam-nacao.ghhtml>>. Publicado em: 11 jan. 2017. Acesso em: 18 jun. 2020.

BATISTA, Nilo. Mídia e Sistema Penal no capitalismo tardio. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, Rio de Janeiro, Revan, Instituto Carioca de Criminologia, ano 7, nº 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Brasil: HB Filmes e Globo Filmes, 2003. DVD (147 min).

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias** – Infopen. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ZlZWFlmNzktNjRlZi00MjNiLWFlhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CARDOSO, Helena Schiessl. **Discurso Criminológico da mídia na sociedade capitalista**: necessidade de desconstrução e reconstrução da imagem do criminoso e da criminalidade no espaço público. 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DIAS, Camila Nunes. **Encarceramento, seletividade e opressão**: a “crise carcerária” como projeto político. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, junho de 2017 (Análise).

\_\_\_\_\_. Encarceramento em massa e a prisão como locus de organização da criminalidade. In: Maria Luiza Galle Lopedote; Daniela Sevegnani Mayorca; Dario de Negreiros; Marcela de Andrade Gomes (Org.). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência? 1ª ed. São Paulo: Elefante, v. 1, p. 226-242, 2019.

\_\_\_\_\_; MANSO, Bruno Paes. PCC, sistema prisional e gestão do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, p. 10-29, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Guerra**: A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

ESTADÃO. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

FERES JR., João. O efeito da mídia nas eleições. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-efeito-da-midia-nas-eleicoes/>>. Publicado em: 21 set. 2018. Acesso em: 08 set. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Ligia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

G1 – O portal de notícias da Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Matança em presídio de Manaus é uma das maiores desde Carandiru. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/matanca-em-presidio-de-manaus-e-uma-das-maiores-desde-carandiru.ghtml>>. Publicado em: 02 jan. 2017a. Acesso em: 17 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministro anuncia reforço de scanners em presídios após massacre no AM. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2ibrLrz>>. Publicado em: 04 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Papa Francisco diz estar preocupado após massacre em presídio de Manaus. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/papa-francisco-diz-estar-preocupado-apos-massacre-em-presidio-de-manaus.ghtml>>. Publicado em: 04 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidente do TJ em RR diz que massacre em presídio era 'previsível'. G1 Roraima. Disponível em: <<http://glo.bo/2iNFjX9>>. Publicado em: 06 jan. 2017b. Acesso em: 29 mai. 2020.

\_\_\_\_\_. Massacre completa uma semana e crise carcerária segue no Amazonas. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iqtHZa>>. Publicado em: 08 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Chefes de massacre em presídio no AM embarcam para presídios federais. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2jDFyHp>>. Publicado em: 11 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Massacre em presídio no Pará é um dos maiores desde Carandiru. G1 Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/massacre-em-presidio-no-para-e-um-dos-maiores-desde-carandiru.ghtml>>. Publicado em: 29 jul. 2019a. Acesso em: 19 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Sobe para 58 número de presos mortos em massacre de Altamira, no Pará; corpo foi encontrado em escombros de presídio. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/sobe-para-58-numero-de-presos-mortos-em-massacre-de-altamira-no-pa-corpo-foi-encontrado-em-escombros-de-presidio.ghtml>>. Publicado em: 30 jun. 2019d. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça abre vagas em presídios federais para envolvidos em massacre no Pará. G1 Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/ministerio-da-justica-abre-vagas-em-presidios-federais-para-envolvidos-em-massacre-no-para.ghtml>>. Publicado em: 29 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Familiares de detentos seguem sem informações após massacre que matou 57 em presídio de Altamira. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/familiares-de-detentos-seguem->

sem-informacoes-apos-massacre-que-matou-57-em-presidio-de-altamira.ghtml>.  
Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. IML libera 10 corpos de vítimas do massacre no presídio de Altamira, no Pará. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/iml-libera-cinco-corpos-de-vitimas-do-massacra-no-presidio-de-altamira-no-para.ghtml>>.  
Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Detentos envolvidos no massacre em presídio de Altamira chegam a Belém. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/detentos-envolvidos-no-massacre-em-presidio-de-altamira-chegam-a-belem.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 19 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Massacre do Pará: Presos envolvidos em confronto começam a ser transferidos de Altamira. G1 Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/presos-envolvidos-no-massacre-em-presidio-de-altamira-comecam-a-ser-transferidos.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. MPF investiga situação de presos federais e indígenas no massacre em presídio de Altamira, no Pará. G1 Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/31/mpf-investiga-situacao-de-presos-federais-e-indigenas-no-massacre-em-presidio-de-altamira-no-para.ghtml>>.  
Publicado em: 31. jul. 2019. Acesso em: 19 jun. 2020.

GLOBO. Disponível em: <[www.globo.com](http://www.globo.com)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

GOOGLE. Disponível em: <[www.google.com](http://www.google.com)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

HASSEMER, Winfried. Segurança Pública no Estado de Direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, nº 5, p. 55-69, 1995.

HENRIQUES, Camila; GONÇALVES, Suelen; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2ipAAg5>>. Publicado em: 02 jan. 2017. Acesso em: 27 mai. 2020.

LIFSITCH, Andrezza. 'Estado não perdeu o controle das cadeias', diz secretário após massacre. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iusine>>. Publicado em: 03 jan. 2017. Acesso em: 18 jun. 2020.

\_\_\_\_\_; HENRIQUES, Camila; ALVES, Jamile. Conheça interior de presídio onde ocorreu massacre com 56 mortes. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2iiXNOa>>. Publicado em: 06 jan. 2017. Acesso em: 16 jun. 2020.

MANSO, Bruno Paes; GODOY, Marcelo. 20 anos de PCC - o efeito colateral da política de segurança. **Interesse Nacional**, v. 1, p. 5-15, 2014.

\_\_\_\_\_. A Guerra: Como o PCC deflagrou uma crise nas prisões brasileiras ao tentar ganhar poder fora de São Paulo. **Revista Piauí**, Brasil, edição 125, p. 6-16, fev. 2017. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-guerra/>>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASSACRE DO CARANDIRU. In: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre\\_do\\_Carandiru](https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_do_Carandiru)>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MAZUI, Guilherme. 'Pergunta para as vítimas dos que morreram lá', diz Bolsonaro sobre massacre em Altamira. G1 Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/30/pergunta-para-as-vitimas-dos-que-morreram-la-diz-bolsonaro-sobre-massacre-em-altamira.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. Discursos Sediciosos: **Revista Instituto Carioca de Criminologia**, Rio de Janeiro, Revan, n. 12, p.291-317, 2002.

\_\_\_\_\_. Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social. **Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-imprensa-criminologia.html>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MPF. MPF recebe Relatores Nacionais de Direitos Humanos em missão em Altamira (PA). Ministério Público Federal, Pará. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recebe-relatores-nacionais-de-direitos-humanos-em-missao-em-altamira-pa>>. Publicado em: 17 out. 2019. Acesso em: 25 jul. 2020.

NASCIMENTO, Eliana. Visitas em unidades prisionais de Manaus são retomadas dois meses após massacre de 55 presos. G1, Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/27/visitas-em-unidades->

presos-de-manaus-sao-retomadas-dois-meses-apos-massacre-de-55-presos.ghml>. Publicado em: 27 jul. 2019. Acesso em: 20 jun. 2020.

O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/>>. Acesso em 24 jun. 2020.

PAUL, Dairan. Jornalismo passivo, racismo naturalizado. **ObjETHOS – Observatório da Ética Jornalística**, UFSC, 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2019/02/18/jornalismo-passivo-racismo-naturalizado/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PAULUZE, Thaiza. Letalidade do coronavírus entre presos brasileiros é cinco vezes maior do que na população geral. GaúchaZH, Folhapress. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/05/letalidade-do-coronavirus-entre-presos-brasileiros-e-cinco-vezes-maior-do-que-na-populacao-geral-ck9ty5cvh018j01qlq8bkjknj.html>> Publicado em: 05 mai. 2020. Acesso em: 20 jul. 2020.

PINHO, Débora. O dia em que a Globo falou mal do dono da Globo. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-mai-28/imagens-historia-dia-globo-falou-mal-dono-globo>>. Publicada em: 28 mai. 2009. Acesso em: 27 jul. 2020.

RIBEIRO, Bruno. Brizola contra Rede Globo: 23 anos de uma vitória épica. PDT. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/brizola-contr-red-globo-23-anos-de-uma-vitoria-epica/>>. Publicado em: 15 mar. 2017. Acesso em: 25 jul. 2020.

RYLO, Ive. 40 presos são achados mortos dentro de cadeias do Amazonas. G1 Amazonas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/05/27/mais-presos-sao-achados-mortos-dentro-de-cadeias-em-manaus-15-morreram-neste-domingo.ghml>>. Publicado em 30 jul. 2019. Acesso em: 27 mai. 2020.

SÁ, Priscilla Placha. Questões político-criminais e processuais penais sobre a investigação criminal de chacinas protagonizadas por facções criminais nos presídios brasileiros. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, vol. 3, n. 2, p. 567-604, mai./ago. 2017.

\_\_\_\_\_; SÁ, Jonathan Serpa. Chacinas: tanto faz se fora ou dentro das prisões (reflexões sobre os delitos encarceradores, a partir das chacinas de Campinas, do Amazonas e do Rio Grande do Norte). **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 8, n. 15, p. 273-298, jul./dez. 2016.

SAMORANO, Carolina; RODRIGUES, Larissa; ALVES, Pedro. As faces das chacinas no cárcere. Metrôpoles. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/chacinas-nos-presidios-conheca-as-123-historias-dos-detentos-mortos>>. Publicado em: 30 jul. 2017. Acesso em: 19 jun. 2020.

SEVERIANO, Adneison. AM emite alerta para RO e RR sobre fugas de presos após massacre. G1 Amazonas. Disponível em: <<http://glo.bo/2i5YFp8>>. Publicado em: 03 jan. 2017. Acesso em: 17 jun. 2020.

SOUZA, Felipe; MACHADO, Leandro. Por que há tantos massacres de presos no Norte e Nordeste do Brasil? G1, Pará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/30/por-que-ha-tantos-massacres-de-presos-no-norte-e-nordeste-do-brasil.ghtml>>. Publicado em: 30 jul. 2019c. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNODC. **Global Study on Homicide 2019**. Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WORD CLOUDS. Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

YOUTUBE. Disponível em: <[www.youtube.com](http://www.youtube.com)>. Acesso em 24 jun. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

\_\_\_\_\_. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZAULI, Fernanda. CARVALHO, Fred. Rebelião mais violenta da história do RN tem 26 mortos, diz governo. G1 Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://glo.bo/2jnWlrz>>. Publicado em: 15 jan. 2017. Acesso em: 27 mai. 2020.